

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE
DOIS MIL E SETE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Fotocópia da Deliberação do Executivo Municipal relativamente à proposta de Protocolo de requalificação do SAP, apresentado pela Administração Regional de Saúde do Norte;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Aprovação do Regulamento da Escola Municipal de Música de Alijó;*-

-----**QUATRO** – *Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o Exercício Económico de 2008;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Autorização de um Empréstimo a longo Prazo no montante de € 2.293.303,03.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os Seguintes Srs. Deputados: Vítor Manuel Silva, Manuel João Mesquita Carvalho e Belarmino das Neves Monteiro, que se fez representar pelo seu secretário Sr. Fernando Manuel Costa Silva.-----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de Setembro de dois mil e sete e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito a seguinte Sra. Deputada: -----

-----**DEPUTADA AMÉLIA BAPTISTA:** Indica que na página 09 da referida Acta, na sua intervenção, onde agradece o Voto de Pesar proposto pelo Partido Socialista, sugere que seja retirada uma vírgula, pois altera o sentido da frase. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Faz Declaração de Voto relativamente à Acta em discussão, pois não esteve presente na anterior Sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a mesma a votação, sendo aprovada por maioria, com 07 abstenções e 25 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** indica que foi solicitado pelo Gabinete de Apoio ao Sr. Presidente, que os Srs. Deputados e os Srs. Vereadores que pretendam participar no jantar de Natal, a realizar neste dia, devem participar a sua disponibilidade. Indica ainda que uma questão que terá a ver com os trabalhos da presente Assembleia, será a questão do Serviço de Atendimento Permanente (SAP), dado que há um Ponto, na Ordem de Trabalhos, sugere que todas as intervenções ligadas a essa matéria, pudessem ser integradas no Ponto Dois, se assim o entenderem.-----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Começa a sua intervenção pela “proposta informal de alteração” que o Sr. Presidente da Mesa apresentou porque um dos Pontos que se propunha tratar no Antes da Ordem do Dia, seria o encerramento do SAP, no entanto aceita a sugestão e indicação feita, desde que todos os Srs. Deputados aceitem não falar deste assunto, a não ser no Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos. Solicita aos serviços de apoio à Câmara, no sentido de se esforçarem para que os Srs. Deputados tenham os documentos na sua posse, com algum tempo de antecedência. Informa que recebeu os documentos no dia anterior à realização da Assembleia Municipal, ao final da manhã. Apesar de compreender, quase dá a ideia de falta de cuidado e de respeito, pois em vinte e quatro horas não tem tempo para se pronunciar com algum rigor sobre os documentos que vão

analisar. Indica ainda que a convocatória está assinada com data do dia dezanove de Dezembro e em condições anteriores, os mesmos até teriam sido entregues no seu escritório, contudo foram enviados pelo correio. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, pedindo o favor de quando tiver oportunidade e se eventualmente se deslocar a Pegarinhos ao final da tarde ou à noite, para reparar na iluminação pública que está muito fraca. Indica que Pegarinhos merece uma remodelação logo que a Câmara tenha meios financeiros para tal. A Câmara teve uma atitude muito correcta, ao mandar pavimentar uma quantidade de ruas, nomeadamente nas imediações da Adega Cooperativa e do Bairro. Foi um trabalho muito bom, merecendo uma boa iluminação. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Relativamente ao jantar de Natal, agradece em nome pessoal e em nome do Partido Socialista e solicita esclarecimento sobre onde se devem dirigir para efectuar a respectiva inscrição. Indica que seria de todo aconselhável que os Srs. Deputados colocassem os telemóveis em modo de silêncio, para não perturbarem os Trabalhos. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que não poderia deixar passar a Quadra Festiva do Natal, sem desejar que o próximo ano de 2008, traga tudo que mais desejam, assim como deseja as maiores felicidades ao Executivo, no desempenho das suas funções. Louva os serviços, iniciativa e dinâmica da Câmara, no que concerne aos contentores de 10m³ para absorver os ditos “monstros”, pois já chegaram a todo o Concelho. Deixa palavra de apreço e solidariedade para com o Sr. Padre Aires, o qual está em várias Freguesias do Concelho de Alijó, inclusive algumas que circundam a Freguesia de Vila Chã, quer pelo dinamismo, forma de estar na vida que teve e tem, até na componente do desporto. Deseja que a situação deste se resolva o mais depressa possível, com o menor incómodo para o mesmo. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Associa-se ao voto de Boas Festas para que todos tenham um 2008 melhor que 2007. Manifesta solidariedade relativamente ao Sr. Padre Aires e deseja que haja no Concelho um pouco mais de segurança do que se tem verificado nos últimos tempos. Indaga o Sr. Presidente da Câmara, se tal como nos outros anos, tem fornecido sal aos Bombeiros Voluntários, para colocar nos pontos do Concelho, onde a geada se torna altamente perigosa. Indica que entre Cheires, Sabrosa e até à Ponte da Ribeira, não tem assistido à colocação do mesmo. No entanto da Ponte da Ribeira para cima, tem notado uma preocupação da Câmara de

Sabrosa em que os perigos sejam diminuídos através da referida acção. Reafirma as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira, quanto ao problema da correspondência. Lembra que já falou várias vezes que na realidade as Assembleias Ordinárias são “Ordinárias” na palavra, no contexto gramatical e populacional. Indica que não vêm fazer nada à Assembleia, a não ser legalizar a Democracia, pois estão debaixo de uma Ditadura de maioria que faz o que quer e entende, que não escuta as vozes adversárias “como se alguém no mundo fosse capaz de ser dono da verdade absoluta, que não existe logo à partida”. Indica que está num Partido considerado de Direita, não sabendo muito bem o que tal significa, pois interessa-lhe mais a filosofia de Governo e o que realmente podem fazer para o bem – estar do povo Português e neste caso específico, pelo bem – estar dos habitantes do Concelho de Alijó. Indica ainda que a Assembleia Municipal, se tem uma maioria absoluta, não lhe dá o direito de marcar para o dia 28 de Dezembro, numa época festiva, em que muitos poderiam estar de férias ou estão com os familiares que estão longe e vêm passar a Quadra Natalícia junto de si, tendo assim que abdicar da companhia de quem se vê privado todo o ano, para estar presente numa Assembleia, onde já está tudo decidido. Sobre a questão da correspondência, informa que recebeu a sua no dia 24 de Dezembro pelas 17.30 horas. A mesma ainda se encontra fechada porque não teve oportunidade de a abrir, nem vontade de o fazer, dado que o final do ano é uma época em que qualquer empresário, por menor que seja, tem necessidade de actualizar as suas contas, ver o final do ano, etc, acrescido da companhia dos seus familiares em conjunto. Reforça uma vez mais que não teve tempo para ler os documentos, sendo esta uma matéria extensa, da mais vasta importância, tal como o Plano para 2008 e Orçamento. Indica que esta devia ser uma Assembleia alargada e não diminuída, para começar às 15.30 horas, devendo ser discutida num dia e com opção de ser prolongada para o dia seguinte, se houvesse vontade de escutar algumas coisas que podem ser corrigidas ou coadjuvadas com pessoas com experiência. Esclarece ainda que prefere uma Ditadura às claras, de um Ditador só, do que uma Ditadura de maiorias. Esta é uma situação que parte do próprio Regime Político. Lembra que andou o País durante 50 anos, muita gente na clandestinidade, a lutar contra a Ditadura, para chegarem à fase em que se encontram na Assembleia Municipal do Concelho de Alijó e na Assembleia da República, onde o Governo tem a maioria e faz o que quer e entende. O método de contagem de Deputados e o

próprio Regime Democrático Português não é autêntico. Só pode ser candidato quem for nomeado pela chefia do Partido. Defende que poderiam ser vinte candidatos ao mesmo cargo, do mesmo Partido, os votos sendo aproveitados a favor do que tivesse mais votos, não dependendo dos chefes. Desta forma seria uma Democracia muito mais alargada, mais autêntica e ao invés dos candidatos serem indigitados, indicados ou impostos pelos chefes do Partido, teria uma autenticidade muito maior, aquele que pretendesse participar da Democracia. Finaliza indicando que os documentos devem ser enviados, no mínimo, com quinze dia de antecedência, para que possam ser estudados pois têm que o fazer nas horas vagas. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Indica que pretende deixar um Voto duplo de Pesar, sendo o primeiro pelo falecimento do Presidente da Assembleia de Freguesia do Amieiro, Sr. Rogério Carvalho e o segundo, pelo falecimento do Dr. António Cabral. A memória de ambos é merecedora deste Voto de Pesar, um pelo seu trabalho Autárquico, outro pelo seu trabalho cultural e esforço que desenvolveu ao nível da cultura popular, com criação do Centro Cultural Regional de Vila Real e a dignificação dos jogos tradicionais populares. Foca a Aldeia Vinhateira, pois as obras têm vindo a arrastar-se, o que deu origem a situações de humor, como a plantação de uma horta no meio da estrada. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de saber para quando se prevê a conclusão efectiva das mesmas. Foca ainda a Lei n.º 2/2007, nomeadamente o artigo 20.º, que diz respeito à participação variável das Autarquias no IRS. De acordo com esta Lei, as Autarquias podem ter em cada ano, uma participação variável de IRS até 5%, relativamente ao rendimento dos sujeitos passivos residentes na área do Concelho. Esta participação, de acordo com a referida Lei, depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, que em princípio deve ser comunicada à Direcção Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, para se saber qual desta percentagem foi adoptada pelo Município em causa. Dado estar a falar em Orçamento e pelo que leu, não viu referência a esta comparticipação, perguntando assim se a Câmara já decidiu qual foi o montante de percentagem relativo ao Município de Alijó, se fez a participação até 31 de Dezembro ou se está a pensar fazê-la e qual a razão pela qual esta decisão não chegou à Assembleia Municipal. -----

-----**DEPUTADA AMÉLIA BAPTISTA:** Manifesta a sua solidariedade para com o Sr. Padre Aires e faz votos que os responsáveis por tal crueldade, sejam punidos. Agradece a preocupação com a iluminação pública, manifestada pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira, porque tem também sido a sua preocupação. Pede ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que já fez o levantamento dos pontos de luz necessários, já foram pagos, que os mesmos sejam colocados, porque Pegarinhos está quase às escuras pois as lâmpadas já são velhas, tendo constantemente que telefonar para a EDP. Indica que a EDP vai remediando umas lâmpadas, mas fundem-se outras e a aldeia nunca está iluminada. Chama a atenção para a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, que está a ser alterada e vai retirar poderes aos Srs. Presidentes de Junta. Pensa que todos receberam a correspondência da ANAFRE e pretende manifestar o seu desacordo com tal alteração. Chama a atenção aos Srs. Presidentes de Junta para se manifestarem e fazerem a provar as suas Moções em todas as Assembleias de Freguesia. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que tal como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, especialmente o Sr. Presidente da Câmara, na sua Freguesia existem quatro Estradas Municipais: Cal de Bois, Vale de Cunho, Casas da Estrada e Quinta Nova. As bermas destas Estradas estão em muito mau estado de conservação, encontrando-se cheias de ervas, giestas, etc. Tal facto impossibilita de alguma forma os carros de passarem uns pelos outros, pois as mesmas são muito estreitas. Face ao exposto, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se há alguma metodologia na Câmara Municipal, por parte dos serviços próprios, no sentido das mesmas serem limpas, pelo menos uma vez por ano. Caso não haja essa metodologia ou calendarização, agradecia que houvesse porque se torna necessário e solicita ao Sr. Presidente da Câmara que diligencie no sentido de com a brevidade possível, as referidas bermas serem limpas. Relativamente à ocorrência com o Sr. Padre Aires, indica que este é natural da sua Freguesia, Casas da Estrada – Vale de Cunho, lamentando o sucedido, pois nunca há motivos que justifiquem uma situação destas. Indica ainda que se existe alguma “conta” a fazer, deve ser feita de dia, nos sítios próprios e não na calada da noite. Lamenta que o Concelho de Alijó seja falado por casos tão tristes e tão graves. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Inicia a sua intervenção focando os excedentes das obras que as pessoas e algumas entidades deixam ficar na via pública durante meses ou anos, após

terminarem as obras. Pensa que a fiscalização devia tomar uma posição nesse sentido. Foca ainda a requalificação do Santuário de Nossa Senhora dos Aflitos, obra muito criticada, mas os membros da nova Comissão de Festas, sendo o Secretário e Tesoureiro, membro da Junta de Freguesia, tomaram como primeira medida, tapar as estradas com saibro, a fim de as tornar mais funcionais. Questiona se esta era uma obra tão perfeita, porque a taparam com saibro. Tendo em conta que no Caderno de Encargos vem a segunda fase da obra, solicita a atenção do Sr. Presidente, juntamente com o Arquitecto, perante esta situação e tenha a coragem de assumir os erros que foram feitos, chegando a uma solução de agrado para toda a gente. Congratula-se com a requalificação do Bairro da Casa do Povo de Pegarinhos, afirmando que esta foi das melhores obras que fizeram em Pegarinhos nos últimos anos. Dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por tal obra e deseja que continue a gratificar a aldeia de Pegarinhos. -----

-----**DEPUTADO BALTAZAR BULAS:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que gostava que este visitasse Carlão num dia chuvoso pois a calçada desde o Cimo do Lugar até à estrada para o Franzilhal, está toda esburacada e enlameada, assim como na zona do cemitério. Gostaria de ser elucidado sobre as obras na calçada que se mantêm há aproximadamente dois anos. Dá os parabéns pela área envolvente à Junta de Freguesia e a calçada que vai desde a Junta de Freguesia até às bombas de gasolina e esta ficaria muito bonita se reunisse condições, como noutras aldeias tal como em Santa Eugénia. Indica ainda que aquele lugar parece “um autêntico batedouro”. Finaliza dizendo que gastaram dinheiro, a obra ficou mal feita e se houvesse uma boa fiscalização, a obra não ficaria daquela forma. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção desejando continuação de Boas Festas e um óptimo 2008 tanto a nível pessoal como profissional. No que diz respeito à intervenção dos Srs. Deputados Aníbal Ferreira e Jaime Cardoso, no que concerne à correspondência, por um lado pede desculpa pela mesma não chegar atempadamente, mas por outro lado esclarece que o caso do Sr. Deputado Jaime Cardoso foi diferente do caso do Sr. Deputado Aníbal Ferreira. Se num caso chegou em cima da data, noutro caso chegou em altura de festas e o Sr. Deputado não teve

disponibilidade para a ler. No entanto estes cargos exigem disponibilidade, sendo evidente que nem tudo é perfeito e nem sempre conseguem a celeridade possível, mas já experimentaram várias modalidades, tal como enviar pelo correio e levar em mão. Pede a todos os Srs. Deputados e à Assembleia que quando chegar a altura da marcação das Assembleias e verificarem que faltam três ou quatro dias, caso estejam em Alijó e a correspondência ainda não tenha chegado às suas casas, se pudessem passar na Câmara, poderiam ultrapassar esta questão. Indica ainda que se verificou esta situação porque o Natal ocorreu a meio da semana, perdendo-se uma série de dias. Relembra que há documentos que vêm à Assembleia Municipal que necessitam de aprovação em Reunião de Câmara. Desta forma, com mais de quinze dias de antecedência, é impossível porque a Reunião de Câmara também tem que ser marcada e feita com a devida antecedência. Relativamente ao Orçamento esclarece que dependem do próprio Orçamento Geral do Estado, pois para saber quanto têm, tem que estar aprovado o Orçamento Geral do Estado e saber quanto é que do respectivo ex FEF vem para cada Câmara Municipal. No que diz respeito à iluminação pública de Pegarinhos, referida pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira e pela Sra. Presidente de Junta de Pegarinhos, esclarece que as necessidades da iluminação pública de Pegarinhos, foram levantadas, sendo hoje um processo muito mais burocrático que antes e da responsabilidade da EDP, como é do conhecimento dos Srs. Presidentes de Junta. Esclarece ainda que o processo tem início pelos Srs. Presidente de Junta, fazendo um levantamento e enviando para a EDP e para a Câmara Municipal. Esta última reforça o pedido efectuado, disponibiliza-se a pagar e só posteriormente vem a EDP actuar. Indica que a EDP actua desta forma porque tem o monopólio, pois se vivesse em regime de concorrência, actuaria de forma diferente. Muitas vezes, alguns atrasos são imputados à Câmara Municipal, os quais deviam ser imputados à EDP. Informa a Assembleia Municipal que a Câmara está a fazer um grande esforço quer relativamente a estes pontos de luz, quer relativamente à questão de colocar a generalidade do Concelho com a luz amarela, de baixa intensidade, mais barata e ilumina melhor. Relembra que foi aprovada em Assembleia Municipal uma deliberação para permitir que a EDP fizesse os estudos geológicos para a construção da Barragem do Tua, com a contrapartida de eles darem novecentas iluminarias, a colocar em todo o Concelho. As mesmas ainda não foram colocadas, estando o processo em marcha, para além da candidatura que fizeram para renovação dos

pontos de luz. Lembra que na época do Natal, a EDP veio a Alijó ver os pontos de luz a rectificar, deixando uma lâmpada na Avenida 25 de Abril suspensa, desencaixada, acabando por se fundir, assim como deixou duas iluminarias por substituir no estacionamento da Caixa Geral de Depósitos. No que diz respeito à observação da boa pavimentação e requalificação do Bairro da Casa do Povo de Pegarinhos, esclarece que este era um desejo antigo, uma proposta que a Sra. Presidente de Junta insistentemente tinha feito junto da Câmara Municipal. Demorou algum tempo porque os recursos são escassos e agradece as críticas para melhorarem, mas também indica que é reconfortante para quem se dedica com empenho e abnegação a estas funções ouvir as chamadas observações positivas, pois regista-as com agrado. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, no que concerne aos contentores. Informa a Assembleia Municipal que os mesmos estão em todo o Concelho e ficam em mil contos por mês à Câmara Municipal, porque não estavam previstos no protocolo que tinham com a Serurb, constituindo um serviço extra enquanto o problema dos resíduos não é resolvido ao nível da Associação de Municípios. Esclarece ainda que estão em negociação com a Residouro e com a hipótese de construir uma própria empresa para decidirem qual é a melhor forma de tratamento desta matéria, pois a factura do ambiente é extraordinariamente pesada para a Câmara Municipal de Alijó. No que diz respeito aos resíduos da construção civil e demolição, este problema não está resolvido, não só no Concelho de Alijó como na Associação e até no País inteiro, porque o preço para a resolução deste problema é incomparavelmente superior. Desta forma têm que se ajudar uns aos outros e eventualmente fazerem alguma pedagogia nesta matéria. Esclarece ainda que tudo aquilo que for investimento no ambiente, é sempre pouco, porque um Concelho como o de Alijó, que aposta no turismo tem que preservar o ambiente e criar um bom ambiente para os que nele habitam e não apenas para os que o visitam. Esta será uma aposta contínua da Câmara, mas é importante que todos percebam em quanto fica esta aposta, em termos de orçamento. No que diz respeito à solidariedade para com o Sr. Padre Aires, pensa que é uma situação que repudia todo o Concelho, quaisquer que sejam as causas que estiveram na origem deste acto hediondo. Reforça o sentido apelo de solidariedade quer pessoal quer institucional à figura do Sr. Padre Aires, por aquilo que ele é como homem e como padre. Indica ainda que esta questão não tem a ver com a segurança do Concelho, porque felizmente este

ainda é um Concelho seguro. Este foi um caso esporádico, o qual julga já estar a ser investigado pela Policia Judiciária, restando apenas desejar que os culpados sejam efectivamente castigados em função do castigo merecido por tal acto desta natureza. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, no que concerne à colocação de sal nas estradas, esclarece que distribuíram sal pelos Bombeiros Voluntários, tendo uma equipa que se preocupa com essas matérias e quando surge alguma geada nos sítios mais crónicos, vão distribuindo esse material, tal como pode ser comprovado em diversas partes do Município. Indica ainda que normalmente solicitam aos Bombeiros Voluntários e aos Srs. Presidentes de Junta que façam feedback aos serviços e na medida do possível os serviços actuam imediatamente. Se houve alguma situação que ocorreu em Cheires, indica que irá verificar junto dos serviços. No que concerne à questão colocada pelo Sr. Deputado no que diz respeito ás ditaduras de maiorias e de Partidos, afirma que não há Regimes perfeitos e a melhor definição de Democracia, como é conhecido por todos, é o Regime menos imperfeito conhecido até agora. Afirma ainda que na Assembleia Municipal não vivem em nenhuma Ditadura, nem de maioria nem de Partido, por uma única razão: têm uma maioria esmagadora de votos, mas foi o resultado eleitoral que assim determinou. Não têm um Partido único, mas vários Partidos representados e lembra que algumas propostas não tiveram origem na Bancada do Partido Socialista, mas de outra Bancada e foram consensualizadas. Lembra ainda que na própria Câmara já aconteceram situações desta natureza e entende que a aprendizagem de uma Democracia faz-se praticando essa mesma Democracia e não vê qualquer caso concreto, nessa matéria, no que diz respeito ao Concelho de Alijó. Salienta que hoje, a candidatura dos Partidos, já não é como era no passado, porque já é permitido haver candidaturas independentes, dando como exemplos o Sr. Presidente da Câmara de Sabrosa e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde. As maiorias absolutas criam outra capacidade de gestão e criam mais dificuldades às oposições. No entanto reforça a ideia de que na Assembleia Municipal não se pratica nenhum tipo de Ditadura, nem de maioria, nem de Partido, nem sobretudo da pior Ditadura que existe, que implica o desrespeito perante aquilo que dizem e pensam os outros. No que diz respeito ao Voto de Pesar do Deputado Grácio ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia do Amieiro e ao Dr. António Cabral, indica que não pode estar mais de acordo, um por dedicação à causa pública, outro

por ter sido uma figura impar do ponto de vista intelectual do Concelho de Alijó, da nossa Região e do País. Relativamente ao Dr. António Cabral, já tinham aprovado um Voto de Pesar em Reunião de Câmara. No que concerne à questão de Favaios, esclarece que a Aldeia Vinhateira de Favaios, não é por acaso que vai na terceira fase. Lembra que quando chegaram à Câmara Municipal, estava previsto para Favaios, no edifício que hoje é a Obra, um espaço multiusos onde iria ficar a Junta de Freguesia, assim como um espaço para jovens ou outras valências e a zona de intervenção seria apenas a zona central. Lembra ainda que já no Mandato anterior, era Secretário de Estado do Ordenamento do Território, o Sr. Eng.º Ricardo Magalhães e responsável pela AIBT Douro, foi sendo até agora a Dra. Cristina Azevedo, solicitando a ambos que viessem a Favaios, no sentido de lhes fazer perceber que se a intervenção ficasse restrita apenas àquele “miolo”, era manifestamente insuficiente e não resolvia o problema da requalificação da chamada Rua Direita de Favaios. Face às insistências do executivo, como é do conhecimento da Junta de Freguesia de Favaios, a CCDR e o Secretário de Estado, autorizaram a abrir uma segunda fase da Aldeia Vinhateira, estendendo o projecto desde o edifício a Obra até à Casa do Povo, no sentido de Favaios – Pinhão e desde a zona central até à igreja, abrangendo um pouco da rua das padarias, no sentido Favaios – Alijó. Esta segunda fase, com as mesmas características da primeira, isto é, infra-estrutura enterrada, água, o saneamento, a electrificação e a pintura de casas, que levou a uma espécie de parceria pública – privada que foi pela primeira vez feita neste tipo de projecto, entre as respectivas Autarquias que têm este programa e os particulares, porque o que o projecto previa era uma intervenção estimuladora da recuperação urbanística. Muitas pessoas julgavam que a Aldeia Vinhateira lhes ia pagar as obras todas nas respectivas casas. Pretende ainda esclarecer de uma vez por todas que nunca isto esteve previsto, foi uma intervenção simbólica da parte pública para que as pessoas, com base nessa intervenção, ficassem estimuladas para fazer uma intervenção mais de fundo na própria aldeia. Essa intervenção consistiu basicamente em pintura exterior, telhado e eliminar as dissonâncias ambientais modernas das janelas. Foi feito um primeiro cálculo para este tipo de intervenção, depois a CCDR recalculou essa verba e estabeleceu uma verba tipo para estes tipos de intervenções. Nalguns casos, as pessoas queixaram-se que seria necessário um pouco mais, noutros casos, ficaram satisfeitas, mas aquela intervenção não era para substituir o investimento do

particular, mas estimular o mesmo, constituindo assim uma ajuda. Indica ainda que desde a primeira hora se bateram pela terceira fase da Aldeia Vinhateira de Favaios que consiste na Variante Nascente – Favaios, tendo como argumento dizer à Comissão de Coordenação e ao Sr. Secretário de Estado que não tinha qualquer sentido fazer a intervenção em Favaios e depois o trânsito pesado continuar a passar pela Rua Direita ou principal em Favaios dando cabo das varandas e janelas. Após muitas insistências a CCDR, que inicialmente não manifestou grande abertura, porque já tinha aceite uma segunda fase, aceitou a terceira fase da Aldeia Vinhateira de Favaios, permitindo a construção da actual Variante que ainda exigiu uma negociação complicada entre a Câmara Municipal de Alijó, a própria CCDR e as Estradas de Portugal, no sentido de estas últimas autorizarem e viabilizarem a respectiva obra. Relembra que a responsabilidade das expropriações desta obra, ficou a cargo da Câmara Municipal e foi um valor significativo, acima dos cem mil contos, que ainda hoje, sentem algumas dificuldades porque tiveram que avançar de acordo com o Código das Expropriações, tiveram que garantir esse dinheiro aos particulares, depositando-o numa conta para que estes depois pudessem levantar essa mesma quantia. A obra foi feita em fases e não foi feito um plano geral, não foi feito um plano de urbanização, nem um plano de pormenor, a partir do qual tudo estivesse pré determinado e claramente definido ao pormenor. Assim, ocasionou atrasos, dificuldades e problemas, que surgiram na sequência da ambição de querer mais e melhor para o Concelho, no entanto pediu publicamente desculpa a todos os habitantes de Favaios. Indica ainda que caso ficassem limitados à primeira intervenção, nada disto aconteceria e a obra estaria já concluída há muitos anos, mas pensa que para o objectivo que pretendiam, apenas o podiam atingir com esta intervenção e relembra que ainda candidataram a obra a Núcleo Museológico do Museu do Douro, do pão e do vinho. Informa que conseguiram junto da CCDR, a compreensão para este atraso, porque a própria CCDR sabe que este projecto teve estas três fases. Indica ainda que não se pronuncia sobre algumas questões técnicas, pois teria que estar presente o empreiteiro, mas como em qualquer obra, por vezes surgem atrasos de responsabilidade, não do dono da obra, mas de quem a executa. Indica ainda que este esclarecimento já havia sido dado a todo o Executivo Municipal, numa visita à obra, assim como numa Reunião Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Favaios, onde estas questões foram colocadas e debatidas. No que diz respeito à Lei n.º 2/2007 do

IRS, indica que surgiu muito em cima do tempo e consultaram a Associação Nacional de Municípios e a DGAL, bem como todas as Autarquias da Região e umas já tinham levado esta discussão a Reunião de Câmara e acabaram por levá-la à Assembleia Municipal; outras não o fizeram porque pediram esclarecimento à DGAL. Informa que a DGAL esclareceu que como é o primeiro ano que está a ser aplicado, a própria Lei não exige que leve isto à discussão à Reunião de Câmara e à Reunião de Assembleia, a não ser que pretenda fazer já a respectiva alteração. Numa conversa informal em Reunião de Câmara esta situação foi falada, não sabendo ainda quais as consequências disto em termos de perda real para o Município. Informa que têm a resposta da DGAL que diz o seguinte: desde que o Município mantenha os 5 % de IRS não carece nem de ser levado a Reunião de Câmara nem a Assembleia Municipal, só se quisesse diminuir é que teria que levar a Reunião de Câmara e a Assembleia Municipal. Informa que este é o primeiro ano, vão ver as consequências na receita. No que diz respeito à Lei Eleitoral Autárquica e respondendo à Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Pegarinhos, como Presidente da Câmara é contra esta alteração que retira aos Srs. Presidentes de Junta o poder de votarem o Orçamento nesta Assembleia. Outra coisa não seria digna e seria um desrespeito enorme perante a função dos Presidentes de Junta. Não faria qualquer sentido que os Presidentes de Junta fossem excluídos de um documento fundamental na discussão das matérias da Assembleia Municipal. Informa que a sua posição, pessoal e institucional, relativamente a esta matéria, é que os Srs. Presidentes de Junta devem estar presentes em todas as Assembleias Municipais, bem como assinar todos os documentos, incluindo o documento que se refere às grandes opções do Plano, Actividades e Orçamento. No que se refere à intervenção da Sra. Deputada Filomena sobre as estradas municipais, esclarece que sabe que a máquina da Câmara esteve avariada durante um determinado tempo, mas como o Concelho é muito extenso, não conseguem chegar a todo o lado. No entanto, vai averiguar a situação, para lhe poder dar a resposta conveniente de acordo com a necessidade referida. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, falando no resto das obras e relativamente à requalificação do Santuário de Nossa Sra. dos Aflitos, esclarece que têm tido problemas, mas vão tentar resolver esta situação pois é uma intervenção que pretende requalificar para melhor esta zona fundamental de Pegarinhos. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Baltazar Bulas, indica que já se

deslocou várias vezes a Carlão e felizmente, como em outras localidades, têm feito bastantes obras, mas por vezes não corre com a velocidade que gostariam. No entanto acha uma injustiça, compararem Freguesias pois umas têm umas prioridades, outras têm outras; numas Freguesias começam por um lado e noutras começam por outro, dependendo sempre da análise que cada um dos Srs. Presidentes de Junta faz e das disponibilidades que a própria Câmara tem para começar já a actuar. Indica ainda que o que podiam criticar na Câmara era se fizessem obras nas Freguesias, desrespeitando os Presidentes de Junta e não seguindo as prioridades e orientações por eles estabelecidas. Tal facto seria preocupante. Mas disso ninguém pode acusar a Câmara de Alijó. Indica ainda que é uma injustiça analisar uma obra a meio e é natural que se uma obra demora mais tempo, aumenta a ansiedade. No que diz respeito à fiscalização, indica que não pode estar mais de acordo, pois como já referiu em anteriores Assembleias Municipais, a Câmara está preocupada com a fiscalização e por isso está a lançar concursos externos para a fiscalização de grandes obras, deixando a fiscalização da Câmara para obras de administração directa e obras de menor monta, exactamente para ir a todo o lado, porque quando têm várias obras a decorrer, os funcionários da Câmara não são suficientes para fazer a fiscalização com o rigor adequado. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Indica que a sua intervenção será muito breve e agradece ao Sr. Presidente da Câmara a explicação dada relativamente à questão da Aldeia Vinhateira de Favaios. Questiona ainda se alguma das três fases da referida Aldeia está concluída, se estão todas a decorrer em simultâneo, assim como pretende saber quando irão terminar. Relativamente à questão do IRS pretende ainda confirmar se não for deliberada qualquer taxa, ou ser não fizer qualquer comunicação da deliberação, ela fica fixada no máximo, ou seja 5%. Pergunta se é a primeira vez que vai funcionar. Termina afirmando que soube pelos Srs. Vereadores que o ladeiam que esta questão não foi discutida em Reunião de Câmara. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara no que concerne aos regimes, indica que de facto existem vários regimes, sendo uns mais perfeitos que outros. Pretende pronunciara-se sobre a parte final da explicação do Sr. Presidente da

Câmara, sobre eventuais fiscalizações às obras, pois poderia e deveria ser uma das prerrogativas dos membros desta Assembleia Municipal, mas para isso necessitavam de ter um cartão identificativo que permitisse fiscalizar algumas obras e eventualmente alguns trabalhadores que são um péssimo exemplo para a sociedade que “ficam encostados às esquinas enquanto o vizinho trabalha e fica a gozar depois porque tem que trabalhar e ele não porque é funcionário da Câmara”. Indica que faz esta afirmação pois foi visitar exteriormente uma obra na sua Freguesia, ou seja, a nova escola, em que um membro da Junta de Freguesia o desafiou para tal, concluindo que a mesma é bonita mas exígua para a finalidade a que se destina, ou seja é pequena para a Freguesia de Sanfins do Douro, onde se pretende uma escola de modelo Europeu, para ter uma segunda língua, com escola de música, uma aprendizagem ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa, com cantina e refeitório, juntando as crianças todas da Freguesia. Indica ainda que gostava de se deslocar novamente ao local, na companhia da Sra. Presidente de Junta de Sanfins do Douro, a fim de verificarem a situação exposta e obter uma explicação. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia dizendo que dá os elogios ao Sr. Presidente, não porque estão em época natalícia, mas porque são merecidos. Tal como fez a Sra. Presidente da Junta de Pegarinhos, no que concerne à questão dos Presidente de Junta virem hipoteticamente a serem proibidos de votar o Plano e Orçamento de cada ano, agradece a forma, não que desconhecesse a sua posição, como o fez perante a Assembleia. Aliás, outra coisa não seria de esperar do Sr. Presidente, que é liberal e um verdadeiro Democrata. Indica ainda que seria uma grande injustiça para com os Srs. Presidentes de Junta, porque eles são directamente eleitos pelo povo e não são nomeados por ninguém nem por nenhum Partido como já foi afirmado. Indica ainda que retirar esta possibilidade aos Srs. Presidentes de Junta, que têm que defender os interesses de quem os elegeu, era algo que iria ser uma “grande machadada” nos interesses do eleitorado local. Relativamente aos contentores e seus custos, afirma que todas as medidas que são tomadas e vão ao encontro das necessidades e anseios das populações, é um dinheiro bem aplicado e vai de encontro ao que todos desejam e é reconhecido pelas populações porque tem conhecimento do que se diz nas aldeias, especialmente na sua Freguesia. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos e apresentar o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos “Exposição do Senhor Presidente da Câmara”*-----

-----O **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos*. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Setembro de 2007 (segunda quinzena), Outubro, Novembro e início de Dezembro de 2007. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Até à data da presente informação, a Câmara Municipal de Alijó tem em dívida sensivelmente €6.400.000,00. Só a dívida de investimento representa cerca de 83%. De salientar o enorme esforço financeira desta Autarquia, em honrar os seus compromissos com todas as Juntas de Freguesia, no que respeita ao pagamento de duodécimos, que se encontram liquidados na sua totalidade na presente data. Relativamente aos encargos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tendo em dívida este Município para com as entidades bancárias cerca de €7.190.869,00. De referir que está em curso o procedimento de abertura de crédito, mais propriamente um empréstimo de longo prazo para financiamento de obras comparticipadas por fundos comunitários, que a ser realizado, o Município, não despenderá de verbas próprias para os pagamentos desses mesmos investimentos, pelo que libertará verbas para a liquidação de outras dívidas a fornecedores. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei.

b – Actividade cultural e desportiva

a – Actividade cultural

Biblioteca Municipal:

<u>MÊS</u>	<u>LEITORES INSCRITOS</u>	<u>LIVROS REQUISITADOS</u>

OUTUBRO	8	188
NOVEMBRO	26	194
DEZEMBRO	8	96

Biblioteca Itinerante

<u>MÊS</u>	<u>LIVROS REQUISITADOS</u>
OUTUBRO	1.000
NOVEMBRO	1.063
DEZEMBRO	394

Auditório Municipal

Estatísticas**Setembro**

Filme	Os Condenados	13
Filme	A Última Legião	13
Filme	Ratatui	102
Filme	Paranóia	25
Música	Anónima Nuvolari	39

Outubro

Filme	Next – Sem alternativa	32
Teatro	É Por Aqui a Sequela	67
Música	Grupo Coral Dinamarquês	78
Teatro	Megagigafrutibytejackpot	21

Filme	O Véu Pintado	35
Filme	Duelo Imortal – A Origem	26
Filme	Quico – O Pequeno Herói	89
Música	Nuno Allan	65
Filme	The Host – A Criatura	16
Novembro		
Filme	Ultimato	25
Filme	Gang do Pi	55
Teatro	Duas na Mão e Uma a Voar	200
Filme	O Reino	14
Teatro	O Mar	52
Filme	1408	29
Música	Quarteto São Roque	32
Filme	Um Coração Poderoso	28
Dezembro		
	Apresentação do Projecto Novos Rumos	41
	Comemoração do Dia Mundial do Deficiente	255
Conferência	Conferência do Centro de Estudos Vitivinícolas	120
Música	Festa - Alunos de Educação Musical da Escola D. Sancho II	273
Música	Festa de Natal EB1 - Alijó	351
Teatro	Araújo e Ofélia	502
Teatro	Eram Três Vezes	356
Filme	Um Azar do Caraças	32
Filme	Eragon	805
Filme	Bug	28
Teatro	Das Padeiras	46
Filme	Hora de Ponta 3	23

Espaço Internet: Setembro: 2623 utilizadores: Média de idades: 20,3; Outubro: 2498 utilizadores: Média de idades: 19; Novembro: 2347 utilizadores: Média de idades: 19,2;

Dezembro: 1267 utilizadores, Média de idades: 17,5. b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Com início no dia 23 de Abril, as aulas de Danças Latinas e Hip-hop são dirigidas a todas as faixas etárias, para que desta forma possamos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins. Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Outubro 2007

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	424
Escolas 1º ciclo	642
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	618
Lazer	161
Aeróbica	81

Hidroginástica	150
Clubes de Natação Alijó e Vila Real	628
Artes Marciais	---
Danças Latinas	64
Hip-Hop	11
Danças (Ballet)	50
TOTAL	Entradas 2829

Novembro 2007

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	513
Escolas 1º ciclo	509
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	776
Lazer	232
Aeróbica	112
Hidroginástica	137
Clubes de Natação Alijó e Vila Real	954
Artes Marciais	---
Danças Latinas	76
Hip-Hop	10
Danças (ballet)	58
TOTAL	Entradas 3377

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos

esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	JUNHO	JULHO	AGOSTO
CARLÃO	510	480	500
PINHÃO	560	511	476
SANFINS DO DOURO	340	441	378
VILAR DE MAÇADA	376	800	817

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Setembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de cinquenta e dois portugueses, seis ingleses, seis espanhóis, seis franceses, três suecos, dois brasileiros, três alemães, nove canadianos, dois austríacos, dois norte-americanos, dois dinamarqueses e um emigrante. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/16.30h). Outubro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de cinquenta e dois portugueses, seis ingleses, seis espanhóis, seis franceses, três suecos, dois brasileiros, três alemães, nove canadianos,

dois australianos, dois norte-americanos e um emigrante. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/ 16.30h). Novembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de quarenta e dois portugueses, três espanhóis, dois norte-americanos, um sueco e dois australianos. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abertura do Posto de Turismo ao Fim-de-semana (10.30h/12.30h - 14.00h/ 16.30h). Dezembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de onze portugueses e dois espanhóis. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. **c – Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de rupturas de água; * Corte de mato e limpeza de valetas; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical no concelho; * Trabalhos vários em diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e infantários; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; * Limpeza de estradas e caminhos; * Reparação de bocas-de-incêndio; * Reparação de condutas; * Limpeza de ruas; * Obras em Bairros Sociais; * Limpeza de jardins; * Colocação de tampas de saneamento; * Transporte de lenha para a fogueira de Natal em Alijó; * Espalhar sal nas estradas; * Colocação de lombas em São Mamede de Ribatua; * Reparação de depósitos de água; * Reparação da rede do depósito de gás junto ao Pavilhão Gimnodesportivo; * Sinalização do Castro do Pópulo; * Abertura de um passeio de acesso ao Pavilhão Gimnodesportivo para cidadãos com mobilidade reduzida; * Obras no edifício da Junta de Freguesia de Favaios; * Pintura dos balneários na Escola EB2,3 + S D. Sancho II; * Obras no Bar do Atlético Alijoense. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Freguesia de Casal de Loivos) – adjudicada;- Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Requalificação do Recreio da Escola Primária de Sanfins do Douro) – adjudicada; - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Zonas Envolventes da Chã); - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação do Pinhão) – adjudicada; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Povoação de Pegarinhos) – adjudicada; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Central no Castelo em Sanfins do Douro) – em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Cimo do Lugar e Rua do Vale em Carlão) – adjudicada; - Infraestruturas de Consolidação e Divulgação da Anta da Fonte Coberta – em concurso; - Pavimentações e Arruamentos no Concelho (Rua Cimo de Vila em Alijó) – em concurso; - Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais em Alijó – 1ª Fase, Povoação de Franzilhal – adjudicada; - Infra-estruturas do Centro de Saúde – em concurso; - Construção das Bancadas do Campo de Futebol – adjudicada; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua da Caveira e Rua do Figueiredo em Favaios) – em concurso; - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Rua do Xiconhoca e Rua da Seara em Carvalho) – em concurso; - Pavimentação de Arruamentos no Concelho (Rua Direita e Passeios na E. N. 212) - em concurso; - Parque de Estacionamento de Autocarros – Construção de Coberto – em concurso; - Beneficiação de estradas no Concelho (Casal de Loivos – Pinhão) – em concurso; - Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Escola do Pinhão) – em

concurso; - Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Escola de S. Mamede Ribatua) – em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Passeio de Acesso ao Reservatório da Lama Boa) – em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Central da Arca em Alijó) – em concurso. **d – Acção Social:** a – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Desenvolvimento das acções no âmbito da Rede Social – início do preenchimento da base de dados; Projecto "Novos Rumos" – Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas: Gabinete de Apoio ao Jovem – novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal; Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; Continuação do estudo sociológico sobre violência doméstica no Concelho; Continuação do levantamento de dados sobre o abandono escolar no Concelho; - Implementação da 2º edição do Programa de Treino de Competências Sociais, dirigida a alunos da Escola E,B 2,3 de Alijó; - Orientação vocacional para jovens; - Elaboração e Apresentação do Guia de Recursos sobre Violência Doméstica, no dia 10 de Dezembro; - Reabilitação habitacional – 1 situação em parceria com a Autarquia; - Elaboração de Parceria com Centro de Saúde, no âmbito do planeamento familiar; - Acções de Promoção para a Saúde, em parceria com o Centro de Saúde e as Escolas; - Acompanhamento psicológico dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho; - Acção de sensibiliza sobre Bullying em parceria com o programa Escolhas da Santa Casa da Misericórdia de Alijó, estando envolvidas 116 alunos dos 11 aos 15 anos; - Preparação das actividades a implementar no 1º Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com o Centro o Saúde. Apoio a Idosos e Deficientes: - Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo. Sempre que as famílias deixem de necessitar dos equipamentos, estes são devolvidos à Autarquia para serem emprestados a outros idosos. - Assim, até ao momento encontram-se emprestadas 20 camas hospitalares no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada, S. Mamede de Ribatua, Pegarinhos e Vila Chã. Também se procedeu à atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Até ao momento encontram-se emprestadas 18 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede de Ribatua, Vila Chã, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pegarinhos. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos, (Alijó, Cabeda, Cotas, Carlão, Sanfins do Douro); - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Atribuição de um fogo no Conjunto Habitacional de Casal de Loivos; - Abertura de novo concurso para atribuição de dois fogos no

Conjunto Habitacional de Cotas. - Programa “Solarh”: N.º de processos concluídos desde o início do Programa – 18; N.º de processos entrados – 0; N.º de processos aprovados – 3; N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 4; N.º de processos a aguardar aprovação – 0; N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 0; N.º de desistências – 0. b - Educação: Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; Distribuição de aquecedores pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos que não têm aquecimento a Biomassa florestal; Transferência e reparação de salamandras a Biomassa florestal; Ampliação da rede de calor instalada no JI e Escola 1º CEB de Favaios; Distribuição de material de limpeza pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade, Expressões para os 1º e 2º anos de escolaridade e Ensino de Inglês para os 3º e 4º anos de escolaridade) – aquisição de materiais para as diferentes áreas e contratação de pessoal docente; Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB; Fornecimento de refeições escolares gratuitas e prolongamento de horário em todos os Jardins-de-Infância públicos; Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; Transporte das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico para Piscinas Municipais, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular; Cedência de transporte para visitas de estudo dos alunos de todas as Escolas do concelho; Cedência de transporte para Desporto Escolar dos Agrupamentos de Escolas e Alijó e do Pinhão; Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); Cedência de transporte a pessoas portadoras de deficiência que frequentam a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real, a Associação Nuclisol Piaget e a Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; Renovação e manutenção dos extintores existentes em todos os estabelecimentos do concelho; Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; Limpeza e desinfestação de edifícios escolares e áreas circundantes; Realização de obras de fundo na Escola 1º CEB de Sanfins do Douro; Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão. c – Saúde Pública: - Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de

produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica (época especial); - Colaboração com a Direcção Regional de Agricultura do Norte na distribuição de fármacos necessários à apicultura, aos produtores de mel existentes no concelho de Alijó; - Colaboração na investigação, promovida pelo SEPNA, das causas de morte de 11 cães na zona de caça municipal de Alijó, na zona de baldios da freguesia de Ribalonga (aparente envenenamento); e – **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia	. GADL; . Promotores	- Acompanhamentos das actividades nas explorações Agrícolas e Pecuárias. - Implementação das medidas de Boas Práticas de Higiene e Segurança Alimentar na Cozinha Regional	. Visitas de trabalho periódicas às explorações,
Concelho de Alijó – Favaios Sector do Turismo: - Aldeias Vinhateiras	. GADL; . Vereador da Cultura; . Equipa da Inpublic; . Grupos Locais de Música, Teatro e Dança; . Escola E.B.1 de Alijó, Infantário e Infantário da Associação Recreativa e Social de Favaios . Artesãos da Freguesia; . Adega Coop. de Favaios; . Padarias da Freguesia	- Envolvimento de toda a comunidade da Freguesia no Festival das Aldeias Vinhateiras. - Apoio logístico na realização do Festival.	. Festival das aldeias Vinhateiras em Favaios; . Concurso de fotografia “Festival das Aldeias Vinhateiras” com a participação da população escolar dos 4 aos 10 anos.
Concelho de Alijó – Empreendedorismo	. GADL; . SPA/GLOCAL.	. Participação na validação de produtos do projecto GLOCAL: - Programa Premium; - Empresariado pró-empendedorismo.	. Reunião de trabalho para validação de produtos do Projecto GLOCAL.
Concelho de Alijó – Carlão, Pegarinhos,	. Presidente da CMA; . Equipa da Coamêdoia;	. Informação das ajudas e apoios para a plantação de Amendoal	. Sessões de Esclarecimento para os agricultores em várias freguesias do

Santa Eugénia Sector Agrícola	. GADL.		Concelho.
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola	. Presidente da CMA; . Equipa da DRA de Trás-os-Montes; . GADL	. Participação na Sessão de Esclarecimento sobre as novas medidas agro-ambientais.	. Sessão de esclarecimento.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó- ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Colaborador da CIBIO; . Guarda Florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Realização de repovoamentos de Perdiz Vermelha em áreas previamente definidas; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA; . Avaliação Periódica dos repovoamentos de coelho bravo efectuados; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Colocação de rede de cobertura no Posto de Reprodução de Coelho Bravo para impedir a acção das aves de rapina; . Realização de sementeiras em zonas previamente definidas; . Realização de Montaria; . Serviço administrativo da ZCMA: - Inscrição de caçadores na zona de caça, emissão de licenças de caça, emissão de autorizações para caçar na ZCMA, requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas e requerimentos para autorização de correcção de densidade ao Javali por prejuízos causados; . Averiguação e avaliação dos pedidos de indemnização e correcção de densidade pelos prejuízos causados em culturas nos terrenos agrícolas inseridos na ZCMA; . Definição e pedido de autorização à

			DGRF de vários corredores de recolha na ZCMA para a caça às migradoras de Inverno autorizadas no PAE 2007/2008; . Fiscalização da ZCMA;
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF, UTAD, CERNE (Núcleo Estudantes do Curso de Engenharia Florestal)	. Seminário “Pinheiro Bravo”	. Sessão de informação e esclarecimento sobre o Pinheiro Bravo – Avaliação da biomassa, doenças, comparação de metodologias no cálculo de volume e altura.
Concelho de Alijó: (Sector Florestal - PMDFCI)	- GTF, EDP	. Ponto de situação das áreas sujeitas à gestão de combustíveis relativas às linhas de transporte e distribuição de energia de média tensão no Concelho de Alijó - cumprimento do DL n.º 124/2006 de 28 de Junho	. Reunião entre o Município e a entidade gestora das linhas de transporte e energia de média tensão
Concelho de Alijó: (Sector Florestal e SMPC)	. GTF, SMPC, Técnico credenciado em fogo controlado (AFLODOUNORTE)	. Efectuar uma queimada	. Visita ao terreno por parte dos técnicos do Município e técnico em fogo controlado para avaliar se era possível a realização de uma queimada.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GTF; . Aflodounorte;	. Limpeza das faixas de gestão de combustível na rede viária municipal – cumprimento do DL n.º 124/2006 de 28 de Junho.	. Elaboração de um protocolo entre o Município e Aflodounorte para execução do previsto no PMDFCI relativamente às faixas de gestão de combustível na rede viária municipal.
Concelho de Alijó: (Sector Florestal e SMPC)	. GTF . Bombeiros Voluntários de Favaios.	- Realização de uma queimada	- Intervenção e coordenação da queimada realizada na Quinta de sobradais.
Concelho de Alijó - Alijó Sector Florestal	. GTF, Vice-Presidente (representando o Município), Aflodounorte, Junta de Freguesia de Carlão e Junta de Freguesia de Pegarinhos	. Esclarecimento sobre a constituição e formação de uma Zona de Intervenção Florestal e sua importância no Concelho.	. Sessão de esclarecimento
Concelho de Alijó	. GTF, Aflodounorte	. Faixas de gestão de combustível.	. Início dos trabalhos da faixa de

(Sector Florestal) - Freguesia de Vila Verde - Freguesia de Vila Chã - Freguesia de Carlão - Freguesia de Amieiro - Freguesia de S. Mamede de Ribatua - Freguesia de Pegarinhos - Freguesia do Pópulo			gestão de combustível na rede viária municipal
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GTF, EDP	. Execução das limpezas das faixas de gestão de combustível nas linhas de transporte e distribuição energia de media tensão.	. Levantamento no terreno, das áreas prioritárias para a execução, por parte da entidade gestora (EDP) das faixas de gestão de combustíveis, nas linhas de transporte e distribuição de energia de média tensão.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF, UTAD, CERNE (Núcleo Estudantes do Curso de Engenharia Florestal)	. Seminário “Castanheiro”	. Sessão de informação e esclarecimento sobre o Castanheiro – Avaliação da madeira, doenças, melhoramento genético do castanheiro.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	- GTF, UTAD, CERNE (Núcleo Estudantes do Curso de Engenharia Florestal)	. Seminário “Biomassa”	. Sessão de informação e esclarecimento sobre o Biomassa – Avaliação da biomassa para fins energéticos.
Concelho de Alijó (Sector Florestal e SMPC)	- GTF e SMPC - CODIS - Major Falcão - GNR	- Definir estratégias e autorizações de queima e queimada. - Pastorícia e suas implicações. - Avaliação do número de ocorrências e área ardida no Distrito	- Reunião entre os agentes de protecção civil com o objectivo de delinear estratégias relativas a queimas e queimadas. - Delinear estratégias com os pastores do Concelho para evitar que sejam eles a efectuar queimadas que depois dão origem a incêndios florestais. - Uso da técnica de fogo controlado
Concelho de Alijó (Sector Florestal e SMPC - PMDFCI)	- GTF, Aflodounorte, Conselho de baldios de Vila Verde, DGRF	-Execução de Fogo Controlado	- Elaboração de uma parcela, de acordo com o disposto no PMDFCI, para o uso da técnica de fogo controlado. - Execução de faixas de contenção com equipa de sapadores florestais da DGRF.

Alijó, 20 de Dezembro de 2007, O Presidente da Câmara, José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que a Lei, permite uma diminuição dos 5 % para 3 %, ou seja, há uma variação entre os 3% e os 5%, mas para que isso aconteça, é necessário haver uma deliberação em Assembleia Municipal. Diminuir no nosso IRS 2% pode não significar grande coisa a cada um de nós, mas para o Município, no global, pode significar uma receita importante. Como estes cálculos não estão feitos, dado ser o primeiro ano, ficou decidido a nível da Associação não o fazer este ano. Indica que algumas Câmaras quando tiveram a reunião, não tinham dúvidas ou preferiram pecar por excesso, já tinham levado o assunto a Reunião de Câmara e Assembleia Municipal para manter, porque tinham consultado a Associação Nacional de Municípios, no entanto tinha-lhes sido dito que seria melhor manter para ver como evolui. No próximo ano, como já têm dados, o assunto será levado a Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal. Não havendo deliberação em Reunião de Câmara e Assembleia, mantêm os 5 %, que já se registavam até aqui. Esclarece que este não é nenhum novo Imposto, pois já está incluído no nosso IRS. O Estado, do que cobra a cada um de nós, 5 %, envia para as Autarquias, por isso apenas se pretende saber se mantêm os 5 % ou apenas 3 %. No que diz respeito à fiscalização dos membros da Assembleia Municipal, podem sempre fazer uma fiscalização, que é a fiscalização Democrática. Em termos legais isso está atribuído por Lei, aos funcionários da Câmara ou em concurso, mas essa fiscalização Democrática é feita e têm aqui o espaço próprio para exercer esse direito de fiscalização. No que diz respeito à escola de Sanfins do Douro, esclarece que a Carta Educativa foi aprovada e face à aprovação da mesma, todas as obras que façam nos chamados pólos, são obras financiadas e financiáveis. Assim pretendem que os pólos que subsistem sejam de qualidade, fazendo candidaturas para que todos eles tenham essas características. Relativamente à Freguesia de Sanfins do Douro, foi a sua Presidente de Junta, de comum acordo com o Executivo Municipal, que decidiu nas prioridades para a sua Freguesia que também a prioridade seria aquela, preocupada com os alunos e com a qualidade, não apenas do acto pedagógico em si dentro do espaço, mas da zona envolvente. Dá ainda como exemplo o Centro Escolar de Alijó, que é outro pólo e vai ser candidatado, dando-lhe essa mesma qualidade, assim como todos aqueles que a Carta Educativa permite. Refere que tudo isto é financiável, todas as obras são candidatáveis no próximo Quadro Comunitário de Apoio e vão ser apoiadas pelo QREN, no âmbito desse Quadro Comunitário de

Apio. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, no que concerne à Lei Eleitoral e Eleição Directa, reafirma o que disse e não pode estar mais de acordo. Em termos de eleição directa, é o Presidente da Junta, o Presidente da Câmara, o Primeiro – Ministro e o Presidente da República. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Fotocópia da Deliberação do Executivo Municipal relativamente à proposta de Protocolo de requalificação do SAP, apresentado pela Administração Regional de Saúde do Norte*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o documento que foi distribuído no início da Sessão, é uma fotocópia do Diário da República, que esclarece algumas dúvidas que andaram na comunicação social relativamente ao traçado do IC5 e onde tem o seu início. Pois, muitos jornalistas viam o antigo Plano Rodoviário Nacional a partir de Murça, mas foi com o trabalho do Executivo anterior, liderado pelo Dr. Cêrca e outras Câmaras da altura que conseguiram desviar o IC5 de Murça para Alijó com o argumento que Murça já tinha uma ligação directa ao IP4 e o fundamental era que a ligação se fizesse por Alijó. Desta forma este documento distribuído, encerra esta questão, pois mostra a publicação do concurso de construção no terreno do IC5, a começar entre o Pópulo – IP4 e Miranda do Douro. Esta é mais uma grande conquista em termos de acessibilidade para o Concelho de Alijó. Relativamente ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, esclarece que tal como está na documentação entregue, a Câmara Municipal, por unanimidade rejeitou a proposta de protocolo de acordo com a ARS - Norte, no sentido do encerramento do chamado SAP (Serviço de Atendimento Permanente) nocturno do Centro de Saúde de Alijó. Indica ainda que a deliberação foi enviada para o Sr. Primeiro – Ministro, para o Sr. Ministro da Saúde, para o Sr. Governador Civil e para o Sr. Presidente da ARS Norte e nada do que foi dito até ao momento, altera uma vírgula da referida deliberação, a qual diz o seguinte: “1.º A saúde é um bem essencial; 2.º A proposta de protocolo agrava as condições de acesso à saúde dos munícipes do concelho de Alijó; 3.º Não apresenta quaisquer alternativas ou compensações para os munícipes do Concelho; 4.º Contraria as políticas de discriminação positiva para com o interior, agravando a coesão territorial do país e contribuindo para acelerar a respectiva desertificação; 5.º Finalmente,

entra em contradição com a forte aposta no turismo como solução socioeconómica para os problemas do Douro em geral e de Alijó em particular. Assim, o Executivo delibera, por unanimidade, repudiar com veemência a presente proposta de “protocolo”, que em nada nos beneficia, e, antes pelo contrário, nos quer retirar um dos poucos serviços públicos que ainda subsistem neste Concelho. Mais foi deliberado remeter a deliberação a Suas Excelências: o Primeiro – Ministro, o Ministro da Saúde e o Senhor Governador Civil”. Indica que quando lhes foi presente, tomaram com clareza e firmeza esta deliberação. Agradece a todos os Srs. Vereadores, o facto de não ter havido qualquer espécie de dúvida, foi uma deliberação muito rápida. Desde a tomada desta decisão até ao presente momento houve uma tentativa, por parte da Câmara Municipal de Alijó e particularmente do Sr. Presidente da Câmara, de dissuadir o Sr. Ministro, no sentido de recuar nas suas intenções, mas ele não foi sensível aos argumentos apresentados. O Ministro disse que havia um tempo para executar estas medidas e este era o tempo e que depois de verem as medidas no terreno, iriam dar a razão ao Sr. Ministro e ver que funcionaria muito melhor. No entanto ninguém está convencido, assim como não está a Assembleia nem nenhum dos Concelhos que foram afectados por esta atitude. Indica ainda que o descontentamento passa ainda pelo facto de não terem uma ambulância do INEM preparada para atender os munícipes, da meia-noite em diante aos dias de semana e das vinte horas em diante aos feriados e fins-de-semana. Informa que o que conseguiram através da conversa com o Sr. Ministro, foi aumentar o período de atendimento da consulta aberta, até à meia – noite. Informa ainda que colocaram a hipótese de colocarem os médicos à chamada como está a acontecer em Bragança, ou seja, o serviço fechava às 24 horas mas ficava um administrativo, um enfermeiro e um médico à chamada, pago conforme o número de pessoas atendidas. Foi-lhes transmitido que este sistema não resulta, não aceitou esta opção e em Bragança, este sistema vai desaparecer, porque já foram compradas as VEMER, os Helicópteros e os meios alternativos de transporte de doentes do serviço de atendimento até ao Centro Hospitalar mais próximo. Lembra que das conversas que teve com o Sr. Ministro da Saúde, este último está mesmo convencido que este é o melhor sistema, afirmando que este modelo foi aplicado noutros países, nomeadamente nos países Nórdicos. Contudo esses Países têm outras condições a todos os níveis, têm um povo com outra informação e formação a todos os níveis. Os modelos não podem

ser importados de um sítio para outro. Acredita que este modelo seja o ideal para um centro urbano, mas não é um modelo ajustado e ajustável a um Município rural, em acelerado processo de envelhecimento e desertificação, com uma extensão territorial de 300km² e com pessoas dispersas por esses mesmos quilómetros. Quando se fala da distância a percorrer entre Alijó e um centro hospitalar mais perto, não podem pensar em Alijó – sede. Questiona quanto tempo demora um veículo a percorrer o caminho entre Amieiro e Vila Real, ou o caso do Pinhão, que demora no mínimo quarenta e cinco minutos a uma hora, dependendo do trânsito. O mesmo se passa nas Freguesias limítrofes. Indica que estes assuntos foram apresentados e está de consciência tranquila porque até ao momento tentou tudo o que estava ao seu alcance para convencer o Sr. Ministro da Saúde que devia haver um tratamento especial ou específico para estes Municípios e particularmente para o Município de Alijó, pois de todos eles é o que está numa situação de maior dificuldade. Gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Deputados, até porque tem muitas dúvidas que o hospital de Vila Real, já agora tenha capacidade, sem qualquer obra de ampliação, para absorver e drenar todos estes doentes, de todos os Municípios que vão para lá. Quem tem experiência sabe que a urgência de Vila Real é um caos, como todas as urgências deste país e agora pior será. Como município e Autarca, defende que há serviços de proximidade mínimos que cada Concelho deve ter, para ter a dignidade de se chamar Concelho e para não contribuírem ainda mais para este circuito vicioso da desertificação, envelhecimento e ausência de capacidade de resposta para fixar os jovens, as pessoas. Porque estas quando se mudam para um Concelho, não pensam apenas no carro ou casa, mas nos serviços que esse Concelho disponibiliza, sendo óbvio que os primeiros serão os da saúde, educação, justiça e segurança, que são pilares básicos de uma sociedade de direito. Estes são direitos sociais básicos que todos devem exigir porque não podem permitir que um português seja desconsiderado pelo sítio onde nasceu, nem pelo sítio onde resolveu viver. Não podem ainda permitir que neste País haja portugueses de primeira e de segunda, em função do sítio onde vivem. Na tentativa de resolver um problema de racionalização de rede e de economia de recursos técnicos, físicos e humanos, podem estar sem querer, a criar um problema bem mais grave, de carácter social e sobretudo de coesão territorial. Indica que este é indiscutivelmente o momento mais grave que viveu como Presidente desta Autarquia e está disposto, em conjunto com todos, a utilizar os meios

que tiverem ao alcance para travar uma dura e difícil batalha. Esclarece que está disponível para a travar, no sentido de respeitando as políticas de saúde definidas por quem tem que definir, encontrar uma alternativa que satisfaça, no caso concreto, as necessidades de Alijó, sendo tratado do ponto de vista jurídico, político e económico. Do ponto de vista jurídico, pensa que deviam estudar a possibilidade de através de uma providência cautelar ou através de uma petição na Assembleia da República, e para isso têm que reunir quatro mil assinaturas, tentar fazer valer os argumentos, demonstrando a especificidade do caso de Alijó; do ponto de vista económico, tentar articular com a unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia, a possibilidade de uma parceria com a Autarquia e o Governo. Se o problema é não poderem ter uma política de saúde para o País e ter uma excepção em Alijó, deixam que o Centro de Saúde funcione como tal, mas ter no Hospital de cuidados continuados, de retaguarda, uma urgência suportada não pelo Estado mas por todos os que cá habitam e querem continuar a habitar. Desta forma podem exigir que os impostos diminuam pois estão a suportar uma coisa que noutros lados não suportam. Este era um processo negocial que têm obrigação de colocar em cima da mesa, por escrito e alguém terá que dizer que tal não é possível. Finalmente na questão política, lembra que já existiram duas manifestações espontâneas no Concelho de Alijó, às quais aderiram espontaneamente e está na hora de mostrarem quem são e o que querem. As referidas manifestações, porque foram espontâneas, não tiveram a adesão popular de uma grande manifestação. Se pretenderem fazer uma grande manifestação, têm que pensar com tempo para a organizar, assim como têm que se envolver todos, pois teria apenas um objectivo: já viram que nesta matéria, o Sr. Ministro não se orienta por manifestações e esta seria apenas para mostrar a indignação e dizer que não são meia dúzia deles; que não é só o Presidente da Câmara, os Vereadores do poder e da oposição, os Deputados e os Presidentes de Junta, mas também o povo, o qual tem que dizer o que pensa sobre esta matéria. Pensa que deveriam esgotar a possibilidade de colocar todo o argumentário ao próprio Primeiro-Ministro, o qual ainda está acima do Sr. Ministro e diria se está ou não de acordo ou se em conjunto conseguem encontrar uma solução alternativa melhor. Desta forma pensa que para falar com o Primeiro – Ministro, devem constituir uma Comissão. Indica ainda que apresenta uma hipótese de trabalho, depois cada um pode apresentar o que muito bem entender. A Comissão deveria ser constituída pelo Presidente de Câmara, dois

Vereadores, o Presidente da Assembleia Municipal, dois Deputados e no mínimo pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia, porque a solução que têm mais viável e mais realista é via Santa Casa da Misericórdia. A outra solução, não acredita que seja reversível o processo. Esclarece que deveria ser uma Comissão representativa que colocasse este problema ao Sr. Primeiro – Ministro e se nada disto tiver consequência, pensa que todos os eleitos do Concelho têm que reflectir se têm condições para continuar e exercer o seu Mandato. Se nada disto resultar e se nenhuma alteração subsistir de todo este movimento, que deve ser primeiro consultado, dialogado e depois afirmado, com firmeza e convicção. Todos e cada um, deverão perguntar à sua consciência se estão disponíveis para uma demissão colectiva de todos os órgãos Autárquicos do Município de Alijó, ou seja, toda a lista da Câmara e todas as listas das Juntas de Freguesia deste Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que parafraseando o Sr. Presidente da Câmara, estão a viver um dos momentos mais graves da história recente do Concelho de Alijó. No entanto não é a primeira vez que este Concelho se confronta com problemas graves ao nível da saúde, pois em 1979/80 tiveram uma situação idêntica. Nessa altura, a maior parte das grandes Freguesias de Alijó (Pegarinhos, Carlão, santa Eugénia, Favaios, Sanfins do Douro e Pinhão), tinham médico três vezes por semana e alguém se lembrou de retirar o médico nestas Freguesias e criar duas extensões: uma na Chã e outra no Pópulo. Nessa altura ninguém tinha nada a opor-se que as duas Freguesias tivessem as extensões e no caso de Vila Chã, o médico dar consultas numa casa relativamente velha, sendo a Freguesia que menos condições tinha, mas não havia qualquer problema e toda a gente estaria de acordo que os serviços médicos fossem praticados no novo edifício. O mesmo se passava relativamente à freguesia do Pópulo. Ninguém aceitou que o médico fosse retirado às restantes Freguesias. Lembra que nessa altura, a Câmara e a respectiva Assembleia Municipal também se viram confrontadas com este problema e houve uma mudança de Governo, pois era Primeiro – Ministro o saudoso Francisco Sá Carneiro, o qual resolveu o problema, com a colaboração da Câmara, durante cerca de um ano, também com a colaboração de jovens médicos que estavam no hospital de Alijó, um dos quais é o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Nessa

altura o problema resolveu-se sendo repostado o serviço no essencial, sendo necessário tomarem uma posição muito firme. O Hospital manteve a urgência aberta, operação e partos. No entanto, a situação não era tão gravosa como é a actual. Indica que a Bancada do Partido Social Democrata apoia incondicionalmente a deliberação unânime que foi tomada pela Câmara, a qual considera correcta e corajosa. Indica ainda que o Ministro não tomou isto em consideração e não sabendo se leu a deliberação, fizeram dela tábuas rasas e relativamente ao Concelho de Alijó tomou a posição que todos já conhecem. Esta questão deve ser totalmente despartidarizada, sendo esta a condição básica para estarem todos juntos, pois nesta questão não pode haver Partidos, mas sim Municípios. Informa que o seu Partido pôs a circular um comunicado no dia 22 de Dezembro, manifestando-se contra esta decisão do Governo. Indica que o Sr. Presidente da Câmara, nos seus considerandos, falou em três vias: via jurídica, económica e política. Relativamente à via jurídica indica que estão de acordo e no que diz respeito à providência cautelar, não se justifica porque só é válida antes da decisão e esta já está em prática. Propõe que a Assembleia Municipal mandatasse a Câmara para que os serviços judiciais da Câmara actuem; relativamente à via económica, está de acordo, pensa todavia que no essencial, concorda que deve haver colaboração com a Santa Casa da Misericórdia, no entanto não deveriam apostar muito nesta via porque não sabem se esta estará disponível ou não. Pensa que esteja disponível, no entanto não sabe se o Governo estará disponível para alargar as suas responsabilidades. Esta seria uma via que iriam explorar internamente, não sabendo se teriam sucesso ao incluírem o Governo no assunto; relativamente à via política, o Sr. Presidente referiu a manifestação e está inteiramente de acordo, estando disponíveis para colaborar com a Câmara e com a Comissão em tudo que for necessário para fazerem uma grande manifestação. Indica que esteve presente e que é normal em festas, os carros da Câmara transportarem pessoas, não compreendendo que neste caso, as viaturas da Câmara, Juntas de Freguesia e Associações, não prestaram apoio às populações. Informa que está de acordo com a manifestação, mas pensa que não vai resultar. Desta forma está de acordo com a petição, os serviços da Câmara abririam este processo, todos se comprometiam com os Presidentes de Junta a fazer a recolha de assinaturas. Lembra que manifestou, na tarde onde estavam todos informalmente na manifestação, que têm que ser radicais e foi este o argumento que há vinte anos, o Governo do Dr. Francisco Sá Carneiro

aceitou. Se neste momento estão a retirar a saúde, não sabem o que virá depois, pois lembra que já no ano anterior aprovaram na Assembleia Municipal a questão do Tribunal. Caso tudo isto não resulte, propõe que se convoque uma Assembleia Extraordinária, na qual todos têm que assumir dois compromissos: renunciar imediatamente aos Mandatos e deliberar, no sentido de se oporem a qualquer acto eleitoral no Concelho de Alijó, ou permitir que alguém de fora venha governar. Termina solicitando ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara que ouçam a opinião de um Vereador do Partido Social Democrata. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Inicia a sua intervenção afirmando que estão perante um problema grave. Relativamente à Bancada do Partido Socialista, no que concerne ao apoio incondicional à posição do Sr. Presidente da Câmara e reforça esse apoio. No que concerne à criação da Comissão, indica que é por aí que devem começar, pois tudo aquilo que seja estratégia da melhor forma de tratar o problema, passaria por essa Comissão, constituída pelo Sr. Presidente da Câmara, dois Vereadores, pensa que seria um de cada Partido, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e mais dois Deputados. Desta forma dão mais abrangência em termos políticos e a referida Comissão iria estudar a melhor forma do ponto de vista económico, político e jurídico, estando todos solidários com tudo que a mesma decida. Desta forma será muito mais fácil esta questão, pois o problema é de todos, sendo necessário partir para a acção, que se traduz na constituição da referida Comissão e começar a trabalhar o mais cedo possível. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que as duas brilhantes intervenções anteriores, esgotaram o assunto. Este é um problema sério e grave e gostaria de escutar o Sr. Presidente da Assembleia falar como médico, como profissional de saúde, como pessoa experiente. O Ministro da saúde não é médico, mas gestor e começou a medir o problema pelas distâncias, pelos quilómetros, mas à semelhança das escolas, primeiro encerram as mais pequenas, com poucos alunos, para depois construírem novas escolas. O Ministro da Saúde está a usar o mesmo sistema, esquecendo que o hospital de Vila Real não é “de borracha”, não pode ampliar-se e os profissionais de saúde não têm capacidade, pois está com sobrecarga e num estado caótico. Indica que as manifestações são “cartas jogadas fora do baralho”, partindo já para a constituição da Comissão e se esta for insuficiente, devem falar com o Sr. Primeiro – Ministro. Se tudo isto não resultar, então devem

partir para uma revolta política, renunciando todos ao Mandato, como forma de dar a conhecer a posição de todos. Finaliza esclarecendo que nesta questão não há Partidos e deixa inteiramente nas mãos do Sr. Presidente da Câmara a resolução do problema e os Srs. Deputados não podem ficar de braços cruzados. -----

-----**DEPUTADO DOMINGOS AURÉLIO:** Afirma que perante aquilo que já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira, pouco terá a acrescentar, no entanto pretende manifestar o seu repúdio sobre o que se está a passar. Indica que estão perante um drama da humanidade, caminhando mais rapidamente para a desertificação total. A criação da dita Comissão, será a forma mais correcta para resolver o problema, embora também esteja de acordo com a petição. Finaliza afirmando que estão perante uma posição desagradável e a zona Norte é uma zona envelhecida, o que é muito preocupante. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que estão perante um “período negro”, mas os homens ainda estão primeiro e enquanto houver gente, está convencido que haverá solução para enfrentar as adversidades. Questiona porque não existe ambulância do INEM no Concelho de Alijó, o qual sempre ouviu dizer, ser o maior do Distrito de Vila Real, se existe em Chaves, assim como Valpaços, Murça, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Vila Real tem duas. Indica ainda que nem sequer ficou o Concelho com INEM de reserva que foi para Sabrosa e Santa Marta de Penaguião. Havendo apenas uma VEMER (Viatura de Emergência Médica e Reanimação), será o mesmo que dizer que estão abandonados. Tem conhecimento que estão sete doentes internados no Centro de Saúde de Alijó e questiona se após a meia – noite estão proibidos de piorar, porque se tal acontecer, morrem. Indica que na Freguesia de Vila Chã está um comunicado distribuído pela população que diz o seguinte: “Ao Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, cumpre-lhe o dever de informar os seus concidadãos que a partir de hoje, dia 27.12.2007, o Centro de Saúde encerra o Serviço de Urgência entre as 24 horas e as 08 horas da manhã. Informa-se ainda que a partir desse momento as emergências devem ser encaminhadas para o 112 e não para os Bombeiros, evitando assim, o possível pagamento das suas deslocações e serviços”. Indica que as pessoas costumam recorrer aos Bombeiros e têm que estar informadas que terão que pagar quarenta cêntimos por quilómetro, como estão a quase cinquenta de Vila Real traduz-se em quarenta euros e esta quantia

reflectida em reformas fracas é um grande “rombo”. Informa que acabou de receber uma mensagem no telemóvel a qual leu e se transcreve “Sr. Presidente Fernandes, lutem pelo hospital de Alijó. É uma pouca vergonha, eu estou longe mas não gosto do que se está a passar”. Mesmo longe, as pessoas estão preocupadas com as suas localidades e por tal facto chama a atenção porque todo o Concelho está desprovido de tudo e a parte Norte do Concelho nem um carro dos Bombeiros tem porque fica a dezassete quilómetros de Sabrosa, por estradas sinuosas, o que se traduz em trinta ou quarenta minutos, para socorrer uma aflição. Indica ainda que ligando para o 112, é um autêntico interrogatório e numa hora de aflição as pessoas não têm condições de informar sobre a doença em questão. Parece-lhe oportuno debater com todas as forças esta situação, com frontalidade e verticalidade, fazendo tal como Vila Pouca, onde se mobilizaram em defesa daquilo que lhes é mais caro. Apoiar incondicionalmente os Presidentes de Junta, com os carros da Câmara, com as Associações, mobilizando tudo e fazendo ver ao Litoral que os Transmontanos ainda fazem jus ao nome. Termina dizendo que na questão de colocar o cargo à disposição, se tal for necessário, o seu já está. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM VEIGA:** Louva a atitude do Sr. Presidente da Câmara e indica que a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, foi mais do que oportuna, trazendo muita clareza a este tema, pois o Estado gasta milhares de contos num Centro de Saúde para o fechar. O hospital de Vila Real está entupido porque quando foi feito, era para vinte e cinco mil habitantes e agora tem que ter capacidade para cem mil habitantes e não aguenta. Finaliza dizendo que estão a retirar direitos ao Concelho e terão que tomar uma atitude séria. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Inicia afirmando que a Freguesia do Pinhão é uma das mais prejudicadas do Concelho de Alijó, ficando a bem mais de quarenta minutos que eles comunicam no limite ao acesso à urgência, pois Pinhão – Vila Real demora cerca de uma hora. Pretende subscrever todas as medidas anunciadas, pedir que sejam breves e disponibiliza-se para a demissão em bloco, assim como demonstrar a sua disponibilidade para fazer parte da Comissão, se assim o entenderem. -----

----- O **PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Vereador do Partido Social Democrata, conforme solicitado: -----

-----**VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Agradece ao Dr. Aníbal Ferreira a oportunidade que lhe dá assim como aos Vereadores do Partido Social Democrata de comentar este assunto. A deliberação que foi entregue aos Deputados Municipais foi aprovada por unanimidade e na perspectiva dos Vereadores do Partido Social Democrata, mereceu voto contra, a proposta de protocolo por parte do Ministério da Saúde, com base em todas as razões que já foram ditas, por outro lado, também com base na própria incoerência do Governo ao construir um novo Centro de Saúde, está a retirar-lhe uma das suas importantes valências, isso é indiscutível; por outro lado, pensando nas populações que ficarão mais distantes dos cuidados de saúde que são fundamentais e representam um direito com consagração constitucional. Isto a pensar nas populações do sul do Concelho, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, com inteira razão. Pretendem evitar a abertura de um precedente, o qual aconteceria porque este é o primeiro assalto. Virá o SAP diurno, virão as extensões de saúde, tendo que saber o que vai acontecer às extensões quando o Centro de Saúde estiver concluído, pois não têm resposta do Governo e ele decide em cima da hora. Desta forma deram voto contra porque entendem que a proposta de protocolo era e é um embuste, tal como se prevê, a decisão do Governo já estava tomada. Neste momento mantêm integralmente essa deliberação e defendem até ao limite a manutenção do serviço permanente nocturno do Centro de Saúde de Alijó. Não aceitam factos consumados nem recuar, pois o SAP deve manter-se aberto, Se alguém deve recuar é o Governo porque a razão assiste-nos, recusando qualquer contrapartida ou alternativa que na realidade o não são e não resolvem o fundo da questão. Indica ainda que estão completamente com as posições que assumiram e lançam um repto aos Srs. Deputados Municipais para que não percam mais tempo, passando das palavras aos actos, sendo importante que desta Assembleia Municipal saísse um sinal político muito claro, numa deliberação muito clara, com os pontos que foram expostos. Nesta medida, dão todo o apoio ao Sr. Deputado Aníbal Ferreira, no sentido da Assembleia Municipal mandar a Câmara Municipal para que impugne judicialmente este despacho do Ministro da Saúde, assim como promover uma reunião com o Sr. Primeiro – Ministro e só nesse domínio faria sentido a referida Comissão, porque todas as decisões devem ter a maior legitimidade possível e devem envolver o plano quer do Executivo, quer da Assembleia, mas deveria, por uma questão de

operacionalidade, ser constituída uma Comissão que fosse interlocutora junto ao Primeiro – Ministro. Indica ainda que o Primeiro – Ministro é o responsável por esta política de saúde, pois o chefe do Governo chama-se José Sócrates e se ele mantém em função o Ministro é porque mantém confiança nele; esta política de saúde não acontece à revelia do Sr. Primeiro – Ministro, acontece porque este assim quer. Indica também que devem esgotar todas as possibilidades de diálogo e seja criada uma Comissão, a qual estão disponíveis para a integrar, apenas para que a mesma sirva de interlocutor junto do Sr. Primeiro – Ministro. Relativamente à petição à Assembleia da República, devem trabalhar para isso assim como para uma manifestação que seria melhor surgir antes da decisão estar tomada e deve ser organizada com o empenho de todos. No que concerne à renúncia, também devia contar já de uma deliberação a aprovar na presente Assembleia, a propósito de uma renúncia por parte de todos os titulares de órgãos Autarcas deste Concelho, no caso das medidas não darem resultado. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que estão perante um problema sobre o qual têm que encontrar solução mas não podem dizer que querem despartidarizar esta questão e depois nos discursos partidarizar. Esclarece que é contra esta situação, mas é Militante do Partido Socialista, dirigente eleito nas listas do Partido Socialista e qualquer que seja a solução que saia da Assembleia Municipal, continuará a ser militante de base do Partido Socialista. Manifesta o seu apoio ao Sr. Deputado Aníbal Ferreira no que respeita à despartidarização, mas não podem aprovar atitudes, moções, etc, que encapotadamente a partidarizem. A manifestação serve única e exclusivamente para manifestarem a indignação. Do seu ponto de vista, para ter verdadeiro impacto, teria que ser uma manifestação organizada pelos quatros Municípios: Alijó, Murça, Régua e Vila Pouca, devendo nesse acto cortar o IP4, originando uma manifestação com impacto. Lembra que no caso de Anadia, fizeram uma manifestação com duas mil pessoas e não resultou e por isso referiu a via jurídica, a via económica e a via política. Indica que esta manifestação serve para descarregarem toda a indignação. Do seu ponto de vista, a manifestação só terá impacto se for organizada por mais do que um Município em conjunto e com o objectivo referido. No que diz respeito à recusa do

encerramento essa é assumida por todos e no diálogo com o Governo não podem ter a veleidade de pensar que vai haver uma política para o País e uma excepção para uma parte desse País. Assim, têm que apresentar propostas alternativas que talvez criem mais dificuldades a quem governa para dizer “não” e foi nessa medida que avançou com a hipótese da Santa Casa da Misericórdia, porque tem lá o internamento e tem que cuidar das pessoas, facto que pode ser confirmado pelo Dr. Cêrca. Embora tenha fechado o Serviço de Atendimento Permanente, não fechou o internamento, por isso o mesmo vai ser garantido, até passar para a Santa Casa da Misericórdia, para os cuidados continuados via candidatura ao programa “Saúde XXI”. No diálogo ou negociação não pode haver cedências apenas de uma parte, mas de ambas e por isso em vez de andarem a perder tempo, avançam para esta situação, porque a outra é inviável e garantiam a especificidade de Alijó. Em Alijó há uma situação única, que nos outros lados não existe. Nessa medida entende que deviam tentar garantir através desta via, o Serviço de Atendimento Permanente e colocarem este problema em negociação ao próprio Primeiro – Ministro. É uma questão de equilíbrio e bom senso e desta forma estão a colocar muito mais dificuldades e a colocar o que todos já colocaram em cima da mesa e não valeu de nada. Indica que concorda com o Sr. Deputado Telmo Pinto quando afirma que esse deve ser o primeiro passo. Relativamente à proposta da despartidarização desta questão, concorda em absoluto, assim como regista com agrado o historial efectuado pelo Sr. Deputado Aníbal Ferreira. No que diz respeito à via jurídica, esclarece que colocou apenas uma hipótese, se tecnicamente em termos jurídicos não deve ser esta solução, tudo bem. Não acredita que isto vá alterar alguma coisa, mas constitui mais um factor de pressão. A via económica sobre a qual colocaram um ponto de interrogação, considera-a a via mais rápida e a que mais dificuldades criará ao Governo para dizer “não”. Esclarece uma vez mais que não concorda com a visão do Governo, no entanto não podem dizer apenas que não concordam, nem manifestar apenas indignação. Devem apresentar alternativas, pois se o problema é económico, a solução está apresentada, esperando que seja ou não, aceite. Estas são as mesmas dificuldades que criam os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia ao Executivo, quando o procuram e em vez de dizerem que está mal, apresentam também sugestões. Pensa que esta solução não é de abandonar mas sim de aprofundar. No que diz respeito às diferentes intervenções que foram sendo avançadas, concorda com todas porque são argumentos

que favorecem a luta, no entanto para ultrapassarem esta questão, têm que formar na presente Assembleia uma Comissão, com uma estratégia calendarizada para levarem à prática aquilo que se propuserem. Relativamente à via jurídica, indica que não tem a mínima dúvida, assim como relativamente à petição, mas a “bomba atómica” só deve ser utilizada se lhes recusarem tudo, não sendo comunicada antecipadamente pois perdem força e só será colocada no processo negocial. Lança um desafio, pois estão presentes dois líderes de cada Bancada, os quais devem dialogar sobre a Comissão, apresentando nomes e fazendo um intervalo para os mesmos reunirem. A Comissão será a primeira coisa a fazer, porque relativamente a esta questão não podem deixar que os acusem de que foram logo para o último sem passar pelos outros. Indica que acredita na via económica, mas não acredita nas outras vias e se pretenderem, passa a ler o despacho do Sr. Primeiro – Ministro sobre os fundamentos do encerramento do SAP, que chegou em última hora via fax, o qual considera muito sério: “Nas consultas de recurso nos SAP’s o doente é normalmente visto por um médico que não é o seu, estando este ocupado a ver doentes que não são seus. Importa pois substituir a falta de segurança do SAP nocturno pela possibilidade de acesso ao médico de família, ou quando se justificar, a um serviço de rede nacional de urgência, situado em local de melhor cobertura territorial e populacional e a uma distância acessível vencida com meios de transporte disponíveis e qualificados; Se nada fizermos, tudo piora: a mudança é indispensável e representa numa prioridade da política de saúde do Governo. Para tanto o Ministério da Saúde ouviu e procurou ao mesmo tempo sensibilizar as Autarquias locais para as vantagens resultantes desta mudança que vai permitir melhorar o acesso à prestação de cuidados de saúde. Apesar de respeitar e ponderar naturalmente as posições veiculadas pelos Autarcas, conclui-se que a garantia de uma racional e eficiente cobertura de todo o País em recursos humanos e unidades de saúde, determina por vezes que a satisfação daqueles interesses, ou seja, dos Autarcas, não possam ocorrer. O Ministério da Saúde tem sempre de considerar a perspectiva nacional que procura garantir a equidade e a qualidade nos acessos aos cuidados de saúde. O SAP do Centro de Saúde de Alijó, não serve adequadamente os utentes, não garantindo assim o direito à saúde, suscita incertezas e transmite uma falsa sensação de segurança porque não tem os meios humanos e técnicos necessários à prestação de cuidados de saúde urgentes/ emergentes”. Este despacho é o mesmo que

enviou para as outras situações e por isso acredita que com uma firmeza destas se querem ser eficazes e rápidos, têm que agarrar a alternativa referida. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Indica que vai fazer duas considerações muito rápidas que têm a ver com o seu posicionamento pessoal enquanto Presidente da Assembleia e enquanto médico. Desta forma, indica que está inteiramente convencido que este processo não tem recuo se não forem tomadas posições deveras fortes. Do seu ponto de vista, a manifestação “não aquece nem arrefece”, seja ela individualizada do Concelho de Alijó, seja em conjunto com os quatro Municípios envolvidos neste processo. Quando o Governo fez tábua rasa de uma manifestação de duzentas mil pessoas em Lisboa, por ocasião da reunião da Comissão Europeia, esquecendo-se que aquilo existiu, naturalmente que não vai olhar para duas ou três mil pessoas. Indica ainda que para juntar esse número no Concelho de Alijó, é difícil, se não até impossível. Em relação à petição da Assembleia da República, não faz parte da história de nenhum Governo e muito menos deste que uma petição na Assembleia da República venha desdizer aquilo que decide o Governo. A petição pode ter um grande impacto para a comunicação social mas em termos práticos não resulta rigorosamente nada. Dentro desta perspectiva têm que partir para questões objectivas. A questão de solicitar ao Primeiro – Ministro para uma audiência de um conjunto de pessoas de Bancadas, da Assembleia Municipal, do Presidente da Assembleia Municipal, etc, colocar as cartas na mesa e depois a partir daí, mediante a resposta dele, caminhar para a demissão colectiva. Essas são atitudes práticas e objectivas que vão abanar as estruturas porque não há memória de uma demissão colectiva em lado nenhum, nem antes do 25 de Abril. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Abre novo Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Refere que ficou muito perturbado com a intervenção do Presidente da Câmara, e que quase lhe apetece perguntar se não esteve a fazer “bluff” toda a tarde. Diz ainda que quem falou na despartidarização foi o próprio, e que trouxe os seus apontamentos para apresentar a sua proposta que consiste em três pontos, o primeiro é que em nenhuma das situações falou em manifestação. Acrescenta que a primeira pessoa a falar nisso foi o Sr. Presidente da Câmara e que se limitou a aderir ao seu ponto de vista. Está inteiramente de

acordo com a intervenção do Sr. Presidente de Mesa e com o que se disse sobre a manifestação pois o seu impacto é um facto. Acrescenta que em público, e há várias pessoas que estiveram presentes e podem confirmar isso, no passado sábado foi abordado por um jornalista do “Jornal de Notícias”, e defendeu como primeiro ponto a renúncia ao mandato. O Ex.mo Sr. Primeiro – Ministro foi confrontado com essa renúncia ao Mandato, e isso sim é uma bomba, com repercussões políticas em todo o País. Não foi o próprio que falou em manifestação. Pede desculpa mas ainda não entende, ouviu na Assembleia palavras duras, pede desculpa ao Sr. Presidente da Câmara mas na sua interpretação falou em golpadas, em atirar areia para os olhos. Refere que não disse, na sua intervenção e pede desculpa se directa ou indirectamente, fez qualquer referência. Defende a posição de recusa desde o princípio, lutará por ela e acredita que há outras soluções. Confia que a solução apresentada da parceria com a Santa Casa da Misericórdia pode ser viável, mas apresenta dúvidas, porque aquilo de que tem conhecimento é que o protocolo que foi assinado e negociado com o governo, já não é aquilo que o Governo vai cumprir, informação transmitida pelo Sr. Provedor, o Sr. Francisco e pelo Dr. Rufino, porque da parte do Governo ele não estaria a querer cumprir o acordado e pelo que assinaram na Santa Casa da Misericórdia, até a manutenção de cuidados continuados, está em perigo, situação que o preocupa e obriga a ter alguma reserva perante tal situação, mas continua de acordo, pois a situação apresentada serve perfeitamente para o Concelho de Alijó. Haverá sempre um médico para atender, sendo esse facto muito importante e nunca pretendeu demonstrar indisponibilidade e não pretende que hajam dúvidas sobre o seu comportamento, pois quer que a população do Concelho tenha assistência. O hospital e serviço de urgência fazem muita falta e o País tem que ser solidário, pois por mais esforço que faça, não compreende o critério economicista. Defende que deve haver um médico para as populações se sentirem mais seguras. Indica ainda que não acredita que venha para o Concelho um helicóptero e pensa que apenas uma ambulância é insuficiente. Esclarece que não renega o seu partido, mas não está servil a ninguém, nem recebeu instruções de ninguém. Está presente como parte interessada e entende que o que estão a retirar ao Concelho é muito importante. Finaliza indicando que foi feita uma interpretação abusiva da sua intervenção, no entanto não foi a sua intenção. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Sugere que terminem com o impasse verificado e façam

um intervalo de cinco ou dez minutos para formação da Comissão. Assim, o Deputado Aníbal Ferreira, contacta os elementos da sua Bancada, assim como este fará com os elementos da bancada do partido Socialista. Esclarece que há elementos que por inerência, já fazem parte da Comissão, tal como o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Provedor, se assim o entender. Serão escolhidos dois Vereadores e dois Deputados para acabar este Ponto e entregar à referida Comissão a responsabilidade de gerir. -----

----- O **PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimento solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, indica que referiu a sua intervenção desde o princípio, como uma pessoa que defendeu a despartidarização da questão. Indica ainda que não foi a sua intervenção que motivou aquela reacção. Devem estar unidos nesta matéria e despartidarizar de vez a questão, pois não estava a fazer bluff, estão todos juntos pelo mesmo objectivo. Solicita ao Sr. Deputado Aníbal Ferreira que não se exclua da Comissão, pois tem um histórico muito importante sobre esta matéria e seria importante nesta fase negocial. Informa que concorda em absoluto com o que disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Refere que não teve intenção de ofender ninguém, foi pois fruto da pressão que vivem no momento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Após pequeno intervalo indica que tem em sua posse a lista de nomes que vão integrar a referida Comissão, passando a citar os mesmos: Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Vereadora M.^a Eduarda Sampaio, Sr. Vereador Miguel Rodrigues, Sr. Deputado Aníbal Ferreira, Sr. Deputado Joaquim Grácio, Sr. Deputado Telmo Pinto, Sra. Deputada Amélia Baptista e o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Este é grupo de pessoas que ficará com a responsabilidade de discutir esta matéria e eventualmente dali saírem conclusões sobre procedimentos a tomar. Dá a palavra à Sra. Vereadora, após a ter solicitado: -----

-----**VEREADORA M.^a EDUARDA SAMPAIO:** Entende que as Comissões quanto mais pequenas melhor, mas como esta é uma Comissão política, o Executivo do Partido Socialista e do Partido Social Democrata devia ir todo uma vez que se trata de atitude política. Acredita que esta

questão se vai resolver. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Pede desculpa mas não partilha da mesma opinião, porque o emblema do Executivo é o Sr. Presidente e se ele já está representado juntamente com dois Vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Parece uma excursão para Lisboa e do seu ponto de vista, tal não se coloca. A seu ver a Comissão é grande demais para aquilo que se pretende. Uma Comissão é um núcleo restrito que representa cinquenta pessoas. Os Deputados que ficarem de fora podem sentir-se lesados e então iam os quarenta Deputados, o que não faz sentido. De qualquer modo, esta Comissão foi discutida pela Bancada dos dois Partidos, pelo Sr. Presidente da Câmara, em representação do Executivo e apesar de não ter sido ouvido, está solidário com a mesma e participa com todo o gosto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Regulamento da Escola Municipal de Música de Alijó”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este Ponto está bem explicado na deliberação. Existem no Concelho de Alijó, duas Bandas de Música: S. Mamede Ribatua e Carlão. Têm formação em determinado tipo de instrumentos, metais, etc, mas não tem em cordas e piano. Com esta escola querem dar formação nessa área e começar com um projecto-piloto que está associado ao aproveitamento dos recursos provenientes das actividades de enriquecimento curricular. Existe o projecto das Actividades Curriculares no Primeiro Ciclo, uma formação eclética na área da música e deviam aproveitar esses recursos. O projecto vai iniciar numa sala da Biblioteca Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Apenas pretende manifestar a sua total concordância com a criação desta Escola de Música e fazer votos que a curto prazo ela consiga transformar-se numa escola profissional, não no sentido da profissionalização da própria escola visto que terá elementos que a comporão, mas no sentido de atribuir formação qualificada aos alunos. A escola profissional de música de Vila Real, funciona muito com intermitências e com a saída da Orquestra do Norte, a escola ressentiu-se com a falta de professores qualificados. A Expoarte em Mirandela é

muito longe e o tipo de filosofia dessa escola, é um pouco diferente daquilo que pensa que esteja na génese desta escola. Lança o desafio que esta escola seja capaz de promover formação qualificada e ser uma escola reconhecida, pois conhece algumas pessoas ligadas a esta formação, tendo por elas a máxima formação, achando que são capazes de levar este projecto por diante. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Regulamento da Escola Municipal de Música de Alijó”* a votação, sendo aprovado por unanimidade com 31 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o Exercício Económico de 2008”* e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Em relação a este documento pretende fazer uma apresentação muito genérica, porque entende ser mais importante ficar disponível para esclarecer dúvidas que as pessoas possam ter. No que diz respeito à elaboração do mesmo, tal como têm constatado de ano para ano, têm surgido algumas alterações no que diz respeito a estas matérias do Orçamento e a principal e fundamental que decorre da nova Lei das Finanças Locais que tem a ver com o chamado conceito de endividamento líquido que podem ver também no Ponto seguinte, que obriga a que tudo que sejam despesas da Câmara, passem a contar para o respectivo limite de endividamento e tem a ver também com o facto das receitas correntes, terem que financiar as de capital e não o inverso. Neste Orçamento tiveram que utilizar um grande rigor, nomeadamente no que diz respeito ao Plano de Actividades Municipais que tem uma diminuição percentual nas verbas atribuídas porque as receitas correntes são as que cobrem esse Plano de Actividade Municipal e havendo uma diminuição dessas receitas, não poderia haver um aumento nessas verbas disponibilizadas para o efeito. Afirma ainda que a grande prioridade deste Orçamento, tal como podem ter reparado na elaboração do Plano teve a ver com uma política de continuidade das obras estratégicas que têm vindo a lançar ao longo do tempo, nomeadamente as financiadas pelos Fundos Comunitários. Teve também como grande prioridade as transferências para as Juntas de Freguesia. Com esta situação específica, vão primeiro pagar as dívidas e depois passar às transferências dos

duodécimos para não prejudicar os que têm dívidas, nem os que não as têm. Às Juntas de Freguesia que não têm dívidas, transferiram logo os duodécimos, as que têm dívidas, primeiro vão pagar os duodécimos e só depois, se houver folga, tratarão do problema da dívida. Não promete, tal como fez no Orçamento anterior, que estes duodécimos serão todos executados, pois é uma previsão. A prioridade é pagar as dívidas. Salienta, relativamente ao projecto que tem algumas rubricas em aberto, para possibilitar candidaturas a Fundos Comunitários, dentro do próximo quadro do QREN, que serão sobretudo de carácter supra municipal e serão articulados com outras câmaras, pois fizeram um projecto em conjunto, no âmbito da NUT III Douro , para esse tipo de candidaturas e daí a abertura dessas rubricas genéricas, pois neste momento não sabem que candidaturas irão ser aprovadas nesse domínio. Sabem que há um tipo de candidaturas, que terão desde logo apoio no próximo QREN e essas têm a ver com os centros Escolares e a respectiva Carta Educativa, bem como aqueles que já foram aprovados no âmbito do PARES , nomeadamente para Sanfins do Douro, Pinhão, Carlão e Alijó. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que para dar alguma dignidade ao tratamento deste documento, o qual classifica de documento base da gestão e da administração municipal, não teria grande dificuldade em votar favoravelmente o presente Orçamento, não fossem algumas situações que estão descritas. Em relação aquilo que a Lei exige, está de acordo com a técnica orçamental e não lhe parece extremamente correcta. Embora não pareça demasiado grave, quando falam nas receitas correntes e comparando com as receitas que na realidade foram recolhidas e arrecadadas pela Câmara em 2006, verifica-se uma sobreavaliação no IMI, no Imposto de Circulação e no IMT, na ordem dos 30%. No ano passado, relativamente ao IMI, a Câmara recolheu quatrocentos e trinta mil euros e este ano, propõe-se recolher quinhentos e cinquenta e três mil euros, o que lhe parece uma previsão optimista, dado a sua experiência pessoal, pois na qualidade de advogado, legaliza muitas propriedades e a sensação que tem é que já passou o ponto alto das legalizações as custas que são feitas nas Conservatórias, são de tal maneira agravadas que as pessoas já começam a ter medo de legalizar as casas e os prédios, principalmente a injustiça que

cria o Imposto de Selo, que está a ser muito complicado para os Municípios e cidadãos em geral. Se a Câmara tivesse um aumento na ordem dos 2,5 % aos 5%, pensa que já era bom. Em termos de receita corrente, pretender registar apenas esta crítica. O que lhe parece de facto grave, é o que podem ver nas receitas de capital e logo o que diz respeito a vendas e investimentos. Os treze milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta euros, expressos, quase que se atreve a fazer uma aposta com o Sr. Presidente, em como no final do ano, quando fizer a Conta de Gerência deste ano, o Sr. Presidente vai chegar a este capítulo e vai ter zero euros arrecadados porque não acredita, nem lhe parece que neste momento a Câmara tenha terrenos disponíveis que valham cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete mil euros. Refere ainda que em relação aos quatro milhões e novecentos mil euros, não vê a Câmara a vender as habitações todas que tem e o mesmo em relação aos edifícios. Compreende porque têm necessidade de introduzir este elemento, mas como técnico orçamental, pensa que isto constitui um erro demasiado evidente e que na realidade, depois, não lhe vai anular o desequilíbrio orçamental que se vai verificar no final do ano. Critica ainda as verbas que vêm da Administração Central, nomeadamente a verba de quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil euros do III Quadro Comunitário de Apoio. Pensa que a Câmara de Alijó, não vai ter no ano económico de 2008, possibilidade de arrecadar esta quantia. Considera que se o conseguir nos próximos três anos já é muito bom. Para ser um Orçamento equilibrado, prudente e curial, seria um Orçamento na ordem entre os catorze e os dezassete milhões de euros. Tudo que seja acima deste valor, constitui um Orçamento desequilibrado e irrealista. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Indica que não pretende fazer qualquer referência técnica ao documento, vai apenas reforçar o que tem sido afirmado todos os anos em relação ao documento, sua apresentação, lucidez que apresenta e a forma prática de consulta. Relativamente aos números, indica que estes são previsões, mas numa perspectiva optimista e ambiciosa têm que apresentar estes números pois vale mais pecar por excesso do que por defeito. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Afirma que não se vai dedicar à macro economia, lendo apenas alguns números expressos no PPI. Indica que ao ler o documento, constatou que a ETAR de Pegarinhos não está contemplada. Relativamente às obras do Estádio Delfim Magalhães,

chegou à conclusão que estas vão custar dois milhões de euros, apesar de não discordar que se façam obras, lembra ao Sr. Presidente da Câmara que há clubes, no Concelho de Alijó, que nem luz têm. Vivem com luz de favor, que a Direcção tem que pagar a quem lha fornece clandestinamente. No que diz respeito aos balneários dos Polivalentes, pretende saber, com a verba destinada aos mesmos, onde vão ser feitos, quais as prioridades e porquê estas prioridades. Na verba destinada aos transportes aéreos, há uma verba não definida de quatrocentos e cinquenta mil euros, ou seja, o grande bolo do investimento está nas verbas não definidas. Relativamente ao Parque de Campismo do Concelho, questiona se a verba indicada é para a obra total ou apenas para a primeira fase. Na verba do capítulo de liquidação, liquidada à RTP, pretende saber se é referente a alguma notícia ou se foi de publicidade institucional. Finaliza focando o Santuário de Pegarinhos, tendo em conta que ainda falta aplicar cento e setenta e três mil euros e dirige-se ao Dr. Presidente da Câmara fazendo votos que este continue com o bom senso e inteligência, pois no final da obra todos ficarão orgulhosos da mesma. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Informa que pretendia um esclarecimento sobre a questão das transferências para as Juntas de Freguesia, no entanto, após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, de certa forma esvaziou de conteúdo o que pretendia saber. No entanto, para além de saber que este ano o Sr. Presidente da Câmara não se comprometeu em garantir o pagamento integral dos duodécimos a cada Junta de Freguesia, tal como fez no ano passado, pois em primeiro lugar estão as dívidas. Gostaria assim de saber qual a origem das dívidas, a que se devem e cujo montante têm. Indica ainda que é de voz corrente que todo o abastecimento domiciliário de água ao Concelho era feito através da Barragem de Vila Chã. Sabe também que foram e têm sido alienados alguns furos de água. A determinada altura, consta no documento uma verba para conservação e reparação de furos de água já existentes, para ampliação e captação de furos de água iniciais. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne informar se há abastecimento domiciliário de água em outras fontes que não sejam a Barragem de Vila Chã e qual é a nova política de captação e feitura de furos de água. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Relativamente às transferências de capital, indica que para a sua Freguesia estão contemplados vinte mil euros e solicita esclarecimento o Sr.

Presidente da Câmara, sobre o porquê de apenas ser contemplada com a referida quantia. Apesar de não pretender fazer comparações, não pode deixar de reparar que há pequenas Associações com quantias maiores. Finaliza solicitando que seja concluída a zona de lazer do Pópulo que está começada há dois anos, assim como outra rua no Alto do Pópulo que nunca foi pavimentada. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** Manifesta o seu descontentamento perante o presente Plano, pois uma vez mais, a sua Freguesia foi discriminada e lembra ao Sr. Presidente da Câmara que desde Maio de 2005 a Fevereiro de 2007, a Câmara não transferiu qualquer cêntimo para a Junta de Freguesia de Vila Verde. Solicita ao Executivo que tenham esta questão em conta, pois a sua Freguesia é muito vasta e talvez seja a mais carenciada do Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, no que diz respeito ao optimismo, quer nas receitas de capital, quer nas receitas correntes. No que diz respeito às últimas, o optimismo baseia-se em factos concretos. Lembra que para 2007 estimaram receber do IMI, €427.030,38 e na realidade receberam, até à altura em que foi feito o Orçamento €504.750,21. Tiveram um aumento nas receitas do IMI e foi com base nesse aumento que fizeram os cálculos e em termos de técnica de execução orçamental, são os dados que possuem. Esclarece que é sempre uma previsão e como tal é falível; no que diz respeito às receitas de capital, esclarece que não faz qualquer aposta, tal como referiu o Sr. Deputado Aníbal Ferreira, até porque o mesmo já foi Presidente da Câmara e tem conhecimento que esta é uma questão de técnica orçamental que todas as Câmaras usam, assim como todos os Executivos. Este é um recurso contabilístico legal, para prever a cobertura financeira para os investimentos de fundos comunitários e outras situações imprevistas que surjam. Desta forma pode haver alguma *décalage* entre o Plano previsto e a Conta de Gerência, porque nunca há uma execução a cem por cento da Conta de Gerência, mas esta é uma previsão. Se não houvesse esta folga de previsão, podiam ser acusados do erro inverso. Lembra que no ano passado estavam previstos trinta e dois milhões de euros e este ano, baixaram para vinte e oito milhões de euros. Indica que esta questão não é fácil, o que pode ser comprovado pela intervenção de alguns Srs. Presidentes de Junta. Estão a tentar cada vez mais que

o Orçamento corresponda às possibilidades reais e tentar o equilíbrio, mas há já compromissos assumidos, há candidaturas a Fundos Comunitários e que exige alguma margem de manobra. No que diz respeito aos fundos Comunitários, esse cálculo também não está desadequado da realidade. Indica que ainda têm que receber muitas verbas provenientes da candidatura do ambiente, ao nível do saneamento, que está a decorrer em todo o Concelho (fase 1, fase 2 e fase 3); têm ainda a receber verbas significativas do campo de futebol, assim como das Aldeias Vinhateiras, pois como está atrasada, ainda não receberam as verbas correspondentes, da Variante, Casa da Praia, Anta da Fonte Coberta, ou seja, há uma série de projectos que estão financiados pelos Fundos Comunitários e que o cálculo do recebimento do capital, aproxima-se da verba referida. Refere ainda que este ano têm que fechar o Quadro Comunitário, portanto, a execução física e financeira das obras financiadas pelo III Q. C.A. porque em 2008 irão abrir candidaturas para o próximo Quadro. Não comenta a classificação relativamente ao Orçamento, quando classificado de um Orçamento desequilibrado e irrealista porque faz parte da dialéctica política. No que diz respeito à intervenção do Deputado Telmo Pinto, refere exactamente o contrário, confirmando a dita dialéctica política. Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, indica que a ETAR de Pegarinhos está na candidatura, ou seja, foi contemplada, só não está discriminada, porque está inserida na candidatura. Aproveita para esclarecer todos os Srs. Deputados que por vezes uma leitura mais simplista e quem não esteja dentro da técnica orçamental, pode induzir em erro. Estas candidaturas, na área do ambiente, para as ETAR's e mini ETAR's têm uma designação: água e saneamento, Alijó – fase 1, fase 2 e fase 3, mas ao referir Alijó, engloba o Concelho. Desta forma, dentro das rubricas gerais, Alijó / Concelho, estão todas as candidaturas respeitantes a água e saneamento das diferentes Freguesias, aprovadas pela CCDR. Esclarece ainda que os Fundos Comunitários é que formatam as candidaturas e têm que ser feitas de acordo com os pré – requisitos. Indica ainda que na Freguesia de Vila Verde também está a decorrer parte da referida candidatura. No que diz respeito ao campo de futebol e à comparação entre Alijó e Pegarinhos, indica que são injustas e indevidas. Esclarece ainda que o campo de futebol que está a ser construído no Concelho, é para apoiar a formação de todo o Concelho, pois também não há possibilidade de ter um campo de futebol relvado, em todas as Freguesias. Indica que têm a possibilidade de ter um campo de relva sintética para poder aguentar o

maior número de carga possível, na Sede do Concelho, tal como foi o caso das Piscinas Municipais ou o Teatro Auditório Municipal, que constituem a concentração de equipamentos. No que diz respeito ao apoio do Pegarinhos, relembra que o Atlético Clube Alijoense, desceu da III Divisão, para a Divisão Regional e o apoio foi diminuído, tal como podem comprovar; no caso do Pegarinhos, este subiu o que originou que subisse igualmente o seu apoio. Informa que os diferentes clubes, têm diferentes escalões de formação e já tinham compromissos assumidos, sendo necessário equacionar tudo isto. Compreende que esta é uma justiça relativa e para quem dirige, acha sempre que devia receber mais. Tal como referiu o Sr. Vereador, nas actividades dos Srs. Vereadores, que são os que trabalham mais não com o chamado PPI, mas com o Plano de Actividades Municipal, tal como cultura, Acção Social, etc., tiveram um corte na ordem dos 40 %, mas não fez nenhum corte assim em nenhuma outra rubrica ou actividade que esteja prevista no Orçamento. Explica que fizeram este corte porque não tinham outra hipótese e preferiram partir desta realidade, depois de tentar verificar ao longo do ano aqueles projectos que são mesmo para executar e outros que poderão ter que ficar para outro ano e outra oportunidade. No que diz respeito aos balneários dos polivalentes passa-se a mesma situação. Informa que na conversa preparatória do Orçamento, alguns Srs. Presidentes de Junta referiram a necessidade dos polivalentes terem balneários, mas não tem possibilidade de os fazer todos ao mesmo tempo. Desta forma, resolveu fazer uma rubrica genérica, de acordo com as necessidades e não pôr um a um e mais tarde ter que fazer uma revisão ao Orçamento. Ao indicar balneários / polivalentes, estão todos previstos, em termos de possibilidade e não há um comprometimento específico, com verba específica para nenhum. No que diz respeito aos transportes aéreos e aos quatrocentos e cinquenta mil euros, informa que vão candidatar, no projecto inter Municipal, o Aeródromo da Chã e tinham que ter uma verba indefinida para garantir essa possibilidade. Se não o fizessem e a candidatura tivesse sucesso, podiam não ter possibilidade de a executar porque não estava uma verba prevista. Relembra que havia duas pistas previstas: uma com mil e quinhentos metros e outra com três mil metros. Estavam a fazer a de mil e quinhentos metros para depois candidatar à de três mil metros, mas segundo indicações dadas pelos técnicos deviam partir já para a de três mil metros, nem que a façam por fases. Esclarece que esta é a razão pela qual esta situação está mais indefinida, mas o projecto estratégico mantém-se assim

como a aposta, pois tudo irão fazer para tentar aprovar o projecto. No que diz respeito ao parque de campismo, está indicado no documento como uma possibilidade, pois não sabem se vão abrir no próximo Quadro Comunitário, candidaturas para tal, mas é uma possibilidade e basicamente para pagar o projecto. Relativamente à verba da RTP, foi para pagar despesas de publicidade institucional aquando da Revidouro. No que diz respeito ao Santuário de Pegarinhos, indica que não percebeu muito bem a intenção do Sr. Deputado mas pensa que já terá abordado esta questão anteriormente. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Grácio, no que concerne às transferências para as Juntas de Freguesia, no Orçamento está expresso o quadro global, mas distribuiu na Reunião do Executivo Camarário o desdobramento do quadro e esclarece uma vez mais que não pode assumir o mesmo compromisso aquando do Orçamento anterior por dois motivos. Não obstante cada um pense que é pouco o que é transferido para cada Junta de Freguesia, mas para a Câmara no global, é muito e é necessário ver que as transferências vão por contas correntes, que é o tipo de despesa mais apertada que têm. Fizeram esta experiência no ano passado, foi um acto de boa fé e de voluntarismo da sua parte para aumentar a autonomia e capacidade financeira de cada Freguesia. Indica que cumpriram a palavra que até ao final do mês de Dezembro tudo estaria pago, o que obrigou a que outros pagamentos da própria Câmara, a fornecedores, empreiteiros, etc, ficassem por concretizar. Tiveram dificuldades em cumprir no ano transacto e com as dívidas que se lhe acrescentam, teriam ainda mais dificuldades este ano. Informa que a estratégia falada com os Srs. Presidentes de Junta foi repetir o que estava previsto, em termos de duodécimos no ano transacto e acrescentar a dívida e o respectivo peso da dívida, para não andarem em comparação. Dá como exemplo os vinte mil euros da Freguesia do Pópulo, que foram os mesmos do ano passado, não havendo diminuição nem aumento na previsão. Esclarece que o que fez com que as verbas ficassem tão díspares foi a dívida que umas Freguesias têm e outras não, dívidas essas provenientes de concursos lançados pelas Freguesias, no Mandato anterior, que por qualquer motivo e por dificuldades da Câmara, não foram pagas, não podendo as próprias Freguesias ser penalizadas por isso. Esclarece ainda que quando herdarem créditos, também herdarem débitos e dessa forma acordaram com as Juntas de Freguesia, dar prioridade ao pagamento das dívidas e relativamente aqueles que têm um peso superior da dívida, o Orçamento em termos de

duodécimos, só será pago quando a dívida for paga. Relativamente às que não têm, indica que não podem estar à espera das que têm dívidas, senão eram duplamente penalizadas. O que está previsto é para pagar e liquidar por duodécimos, permitindo às que têm dívidas que honrem os seus compromissos e as que não têm podem continuar a fazer o seu trabalho. No que diz respeito aos furos de água, o Concelho de Alijó está a ser abastecido pela Barragem com excepção de duas Freguesias: Vila Verde e Vilar de Maçada, assim como Pinhão, mas este último tem uma outra alternativa. Indica que relativamente a Vila Verde e Vilar de Maçada não tiveram outra alternativa, senão fazer furos. Com a nova construção da Barragem do Pinhão, o que está previsto com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro é que a Barragem venha a resolver o problema das Freguesias de Vila Verde e Vilar de Maçada e deixem de ser fornecidas por furos, servindo ainda de reserva para a Barragem da Chã, em ocasiões de grande seca. Pode servir de transvaze e reequilíbrio porque o sistema multi Municipal não é de carácter Concelhio, mas de carácter supra Municipal. As diferentes Barragens equilibram-se umas às outras. Se a Barragem do Pinhão já tivesse sido executada, não tinham necessidade de contemplar os furos de água. Dirige-se à Sra. Deputada Filomena Nogueira afirmando que esta não vai ficar prejudicada, pois tal como já indicou, procuram o equilíbrio entre uma coisa e outra. Em relação à zona de lazer e pavimentação no Pópulo, refere que vão tentar a sua conclusão, mas relembra que o Pópulo foi uma das Freguesias mais beneficiadas, na área do ambiente. Indica ainda que está prevista para o Pópulo, uma candidatura supra Municipal, das Câmaras de Alijó, Murça e Sabrosa, para fazer um investimento a sério e também vai ser muito beneficiado como o A4 e o IC5, pois em termos de acessibilidade vai ter uma grande possibilidade de desenvolvimento. Relembra que estão a fazer a candidatura do castro do Pópulo a Património Mundial, no âmbito dessa valorização e do respectivo centro de interpretação. Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Carolina Amélia, indica que no primeiro ano, não recebeu nada porque não assinou o Protocolo. Assim não pode ir buscar verbas que passaram para outro Orçamento, noutra ano económico. Finaliza desejando a todos os Srs. Presidente de Junta um bom ano de 2008. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Informa que não fez qualquer comparação a nível monetário entre Pegarinhos e Alijó. A verba que a Câmara lhes tem atribuído, congratula-os. Esclarece que apenas fez uma comparação pois o Pegarinhos não tem luz para treinar e andam a tentar resolver este problema há imenso tempo. Apesar de não pretender fazer qualquer tipo de comparação, esclarece que o Pegarinhos vive com luz de favor e no ano passado tiveram que pagar a luz, devido a um problema que teve que ser resolvido. Finaliza afirmando que o fornecimento de luz é clandestino. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** Pretende apenas esclarecer os Srs. Deputados que na realidade, a Junta de Freguesia de Vila Verde não assinou o documento porque não estava de acordo com o que tinham acordado anteriormente. Lembra que se deslocou várias vezes à Câmara Municipal tendo falado com a Dra. Cristina, no entanto o tempo foi avançando e resta aguardar “dias melhores e a boa vontade do Sr. Presidente e do Executivo”. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o Exercício Económico de 2008”*, sendo aprovado por maioria com 22 votos a favor, 07 votos contra e 01 abstenção. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos *“Pedido de Autorização de um Empréstimo a longo Prazo no montante de € 2.293.303,03”* e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que este pedido de empréstimo, está explicado na deliberação, no entanto pretende explicar aos Srs. Deputados que este pedido surge na sequência do que falou sobre o endividamento líquido previsto na nova Lei das Finanças Locais e da possibilidade aí prevista de excepcionar as obras dos fundos comunitários e as obras de habitação social desse mesmo endividamento. Este empréstimo constitui uma possibilidade que se abre ao Municípios, de acordo com a nova Lei das Finanças Locais para que deixem de pagar a contra – partida nacional de fundo comunitários do próprio Orçamento da Câmara e possam contratar empréstimos para o fazer. Desta forma ganham uma folga de quase meio milhão de contos para honrar os outros compromissos. Esta situação carece, de acordo com a nova Lei das Finanças

Locais, da assinatura de Sua Ex.^a o Sr. Ministro das Finanças, mas se não aproveitassem este empréstimo em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, não o colocando no Gabinete do Ministro para aprovação ou não, não se habilitavam a esta possibilidade. Finaliza esclarecendo que esta é a única razão pela qual o empréstimo carece de aprovação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Em nome da Bancada do Partido Social Democrata, indica que aderiram à Declaração de Voto feita pelos Srs. Vereadores, a qual lhes parece correcta. Compreendem que o Sr. Presidente da Câmara lance mão de todas as oportunidades para arranjar receitas, não o criticando por isso pois o endividamento da Câmara é muito elevado. Indica ainda que só em situações excepcionais é que deveriam fazer estes empréstimos para investimentos também eles excepcionais, dando como exemplo a obra da construção de um loteamento industrial na parte norte do Concelho. Desta forma votaria sem quaisquer reticências, ou mesmo para a obra do Aeródromo da Chã, que considera fundamental ou para a aquisição de um grande terreno ou infra estrutura, tal como aconteceu recentemente com a venda que a Casa do Douro fez, com terrenos no Pinhão. Finaliza afirmando que vai votar contra, por todas as razões referidas. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção afirmando que vai votar favoravelmente este Ponto da Ordem de Trabalhos. Indica que gostaria de ver este empréstimo mais redistribuído e que tivessem em conta as escolas que se encontram abandonadas, sendo um Património do Concelho e podendo ser uma diminuta parte desse empréstimo, ser aplicado no referido Património e entregue às populações para que lhe possam dar o destino que elas bem entendam. Finaliza reafirmando que vota favoravelmente. -----

-----**DEPUTADO DOMINGOS AURÉLIO:** Indica que se atenderem ao ponto número três e quatro da Exposição do Sr. Presidente pensa que isto se enquadra perfeitamente na proposta de empréstimo e se virem o mapa da DGAL, em que têm no limite do endividamento €9783,504.74, conseguem avaliar este empréstimo como excepcional se for assinado pelo Sr. Ministro das Finanças. Na qualidade de excepcional, não vai entrar no endividamento que a Câmara tem, caso contrário, o limite do endividamento líquido é ultrapassado de acordo com o artigo 36.º da Lei das

Finanças Locais. Este empréstimo deve ser aprovado tendo em conta a descrição feita em documento e faz votos que o Sr. Ministro das Finanças ajude a fortalecer, a nível contabilístico e financeiro, a Câmara de Alijó. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Relativamente a este assunto e atendendo à nova Lei que concerne aos projectos contemplados, primeiro iam fazendo obra e autos de medição; iam entregando e recebendo, mas agora não, pois têm que entregar facturas, recibos, cópias de cheques, cópia do movimento dos cheques na conta bancária e só passado três ou quatro meses é que recebem “umas migalhas” do projecto que foi financiado. Esta situação cria uma dificuldade acrescida a quem está a gerir o dinheiro. Indica que provavelmente este dinheiro será para pagar, para depois poder receber. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa a sua intervenção, pegando nas palavras proferidas pelo Sr. Deputado Telmo Pinto, pois este último compreendeu que têm que pagar para depois receber. Foi um bom axioma porque o que está pedido é para deixarem de pagar as contrapartidas nacionais das obras financiadas pelos fundos comunitários que já estão a decorrer, ou seja, as obras estão financiadas a 75 % ou a 50%, mas depois há a contrapartida nacional que a Câmara tem que pagar. Sem este empréstimo, a Câmara tem que recorrer aos seus próprios recursos para pagar esta contrapartida. Se recorrerem ao empréstimo e se ele for aprovado, o dinheiro será para pagar compromissos já assumidos e por isso não podem incluir novos, são os já assumidos. A verba que utilizam do Orçamento para pagar a contrapartida nacional deixa de ser utilizada para esses fins, podendo ser utilizada para outros. Tal como referiu o Sr. Deputado Domingos, traduz-se em transformar dívida de curto prazo, em dívida de médio e longo prazo e dentro dos limites. Relembra que os limites foram encurtados pela nova folha de cálculo da Lei das Finanças Locais que faz com que tudo conte para endividamento, quando antes não era assim. Este empréstimo contribui para aumentar a folga do endividamento líquido. Retirando esta verba ao endividamento líquido, ganham uma folga de quase meio milhão de contos. Compreende que há empréstimos excepcionais, mas tal como disse o Sr. Deputado Aníbal Ferreira, que referiu dois que concorda, mas se não ganharem

esta folga da Lei das Finanças Locais não poderiam avançar. Por todos os motivos apontados, embora compreenda a posição de cada Sr. Deputado, entende que devem aprovar este empréstimo. Esclarece, relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes que o empréstimo não pode ser direccionado para obras que ainda não foram aprovadas, é pois direccionado para obras já começadas e depois de libertadas essas verbas, podem direccioná-las para as que não foram executadas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Autorização de um Empréstimo a longo Prazo no montante de € 2.293.303,03*”, sendo aprovado por maioria, com 25 votos a favor, 06 contra e 02 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao seguinte Sr. Deputado que pretende fazer uma Declaração de Voto: -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Indica que o Sr. Deputado Aníbal Ferreira na sua intervenção tinha mencionado a adesão dos Deputados do Partido Social Democrata à Declaração de Voto dos Srs. Vereadoras na Câmara e pretende apenas formalizar esta questão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra a um membro do público que pretende intervir: ---

-----**ANA FELGUEIRAS:** Indica que há mais de um ano que pretende assistir à Assembleia Municipal, mas devido ao horário em que a mesma é realizada, nunca teve oportunidade para estar presente. Sugere que a questão do horário seja revista, pois a Assembleia Municipal também é para os Municípios, podia ser realizada em horário pós laboral, uma vez que esta é de participação e esclarecimento. Finaliza afirmando que lhe foi vedado o direito de assistir, por impedimentos profissionais, daí a sugestão da mudança de horário. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----